

De Santis Feltran, Gabriel. **Limites da virtude isolada. Movimentos sociais e política no Brasil.** *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe.* Programa Regional de Becas CLACSO. 2002

Disponível em la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/desantis.pdf>

[www.clacso.org](http://www.clacso.org)

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA  
RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO  
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - [biblioteca@clacso.edu.ar](mailto:biblioteca@clacso.edu.ar)

## **LIMITES DA VIRTUDE ISOLADA movimentos sociais e política no Brasil**

Gabriel de Santis Feltran\*

### **APRESENTAÇÃO**

Esse artigo conta a história de um movimento popular por terra e reforma agrária do sul do estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. Nascido no início dos anos 80, este movimento gerou um assentamento rural conhecido como Fazenda Pirituba<sup>1</sup>, e atravessou contextos políticos muito distintos, da ditadura militar à democracia formal consolidada. A partir de suas relações com estes contextos, extremamente complexas, elaboro uma interpretação dos dilemas que os movimentos populares brasileiros enfrentam hoje, em suas tentativas de agir politicamente.

Alguns critérios fundamentaram a escolha desse estudo de caso, e creio ser necessário explicitar ao menos três deles. Em primeiro lugar, trata-se de um movimento que passou por diversos períodos constitutivos e que, não por acaso, tem praticamente a mesma idade da democracia liberal brasileira. Em segundo lugar, trata-se de estudo de caso que se relaciona intimamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que é hoje, sem dúvida alguma, o principal movimento popular brasileiro e o que causa maior impacto nas pautas de debate político nacional. Por essas duas razões, tratar da história desse assentamento em sua construção política interna e externa, não se pode fazer sem o foco nas relações que assentados iniciais e movimento tiveram com o Estado brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, ao longo desse período de 20 anos de lutas. Isso conduz a um terceiro ponto, que também justifica a eleição desse caso na pesquisa realizada: o Assentamento Fazenda Pirituba foi e é laboratório de boa parte das concepções de reforma agrária que se traduziram em políticas públicas no Brasil e, portanto, espaço privilegiado para pensar sobre as relações entre os movimentos sociais e o Estado no país.

Apesar de não poder abordar aqui cada uma dessas três características com a profundidade que mereceriam, o caso estudado permite, a meu ver, vislumbrar com algum cuidado os trânsitos entre discursos e conflitos que se construíram internamente a essa experiência, com o campo discursivo e os processos mais ampliados que fortaleceram ou limitaram a capacidade de figuração política dos movimentos sociais brasileiros pelas últimas décadas. Através do mapeamento dos conflitos presentes no cotidiano dos militantes, moradores e assessoria

técnica da Fazenda Pirituba, ao longo do tempo, é possível notar de que modo e com que intensidade as dinâmicas internas de seu funcionamento remetem a elementos presentes nas distintas conjunturas que atravessaram os movimentos sociais contemporâneos no Brasil. Em suma, os conflitos percebidos na história deste assentamento permitem ativar análises sobre os campos de tensão política criados no Brasil desde a transição para sua democracia institucional até hoje.

Estes campos de tensão, que remetem à racionalidade eminentemente conflitiva da política, atravessam a argumentação do artigo de fora a fora, por terem aparecido em toda a pesquisa de campo. A partir da análise dos conflitos que constroem o movimento em questão, nesses mais de vinte anos, discuto a relevância de *campos discursivos* e *públicos* para que os movimentos sociais contemporâneos constituam-se como sujeitos políticos, o que seria sua intenção primeira (Paoli, 1995). Argumento que a diminuição centralmente organizada dos espaços públicos societários e a conseqüente despolitização da vida civil, processos sentidos com força nos anos '90 no Brasil, atuam como obstáculos específicos à circulação das falas populares, e explicam parte da dificuldade dos movimentos sociais aparecerem como sujeitos de transformação política. Especialmente nas regiões urbanas, ainda que se encontre inúmeras práticas movimentistas bem sucedidas do ponto de vista social, e os movimentos conquistem efetivamente uma série de benefícios para seus integrantes e famílias, suas palavras têm sido progressivamente isoladas do espaço público, o que bloqueia a passagem entre benefícios conquistados e direitos universais.

Em princípio na contramão dessa tendência geral, o MST tem aparecido há alguns anos como movimento fundamentalmente disposto a forjar novos espaços de circulação política de demandas populares no debate nacional. Como pesquisador do tema dos movimentos sociais, é impossível não ficar inebriado ao se deparar com a trajetória do MST, que escapa radicalmente das tendências de desmobilização e perda de força política sentidas na década de 90 por tantas outras iniciativas populares de origem semelhante. Pelo contrário, o MST conseguiu nesse período manter sua visibilidade pública, mantida pela sua capacidade de pressão e de gerar conflitos políticos, e ao mesmo tempo sustentou uma espiral crescente de conquistas sociais efetivas, muitas delas pela via de negociação com governos; atualmente o movimento é um sujeito popular instituído no cenário político nacional, interlocutor indispensável seja para tratar das lutas populares ou das questões fundiárias no Brasil. Desde logo, entretanto, é preciso fazer uma advertência ao leitor desse texto: está longe de minhas intenções e capacidades tratar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um todo, neste artigo. O MST aparece apenas na medida em que as trajetórias empíricas estudadas se cruzam com ele.

Em primeiro lugar, porque a aposta analítica a que me propus implica em deixar de focar especificamente nos sujeitos para, em outra direção, buscar os trânsitos e tensões entre diferentes esferas e relações de poder que eles constituem, e que os constituem. Em segundo lugar, porque seria impossível pensar o MST como um todo a partir da pesquisa empírica tão específica: as proporções que esse sujeito popular tomou no país são imensas e a profundidade da discussão acerca dos seus méritos e contradições são múltiplos na vasta bibliografia sobre ele. O que proponho nesse artigo, em última instância, não é uma análise nem mesmo do assentamento específico de que trato aqui<sup>2</sup>, mas apenas de sua trajetória

política. A trajetória da Fazenda Pirituba, contextualizada, me interessa apenas e tão somente na medida em que seus acertos e desacertos, virtudes e contradições, apresentem-se como mediadores dos trânsitos de discursos populares ao mundo público.

Na primeira parte do artigo apresento o mapa das questões teóricas e empírico-analíticas que fundamentam minha argumentação, além de algumas informações sobre a inserção dos movimentos sociais no contexto político brasileiro recente e das apropriações que faço do conceito de política. Na segunda parte do artigo, após apresentar brevíssima trajetória do MST, conto histórias retiradas do estudo de caso realizado em 2003; aí são percorridos diferentes momentos da trajetória das lutas locais estudadas, nas últimas duas décadas. Ao final dessa parte, a trajetória do assentamento é relacionada à trajetória geral do MST e dos desdobramentos mais gerais dos movimentos sociais no Brasil. Essas relações conduzem então à terceira parte do artigo, propriamente analítica, e às notas finais, que recolocam alguns dos dilemas que os movimentos sociais brasileiros me parecem enfrentar atualmente, na sua tentativa de se figurarem como sujeitos políticos.

## CONTEXTOS, QUESTÕES

Com o declínio das ditaduras militares, na década de 80, a questão democrática ressurgiu na pauta de debates de diversos segmentos sociais e acadêmicos da América Latina. A idéia que se fazia da consolidação democrática, em geral restrita à implementação de um regime político, passou nesse momento a ser questionada por diversos atores sociais, como os novos movimentos sociais, que se mostravam publicamente como sujeitos políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) que iniciavam sua expansão, então ligada a este movimentos, e as administrações públicas do campo das esquerdas. Surgiram no Brasil, nesse período, propostas críticas e alternativas aos limites da institucionalidade democrática representativa, portanto propostas alternativas de democracia, menos ligadas ao regime político e mais atentas à criação e difusão de uma cultura democrática na textura social<sup>3</sup>. Sem desdenhar da transição importantíssima de regime político, o que se fazia era apostar nas noções de direitos e cidadania como estratégia para uma construção democrática aprofundada. Direitos e cidadania, portanto, passariam a ser entendidos como calcados tanto nas formas legais quanto, para além delas, na busca por uma sociabilidade igualitária, construída pelo reconhecimento do direito próprio e do outro nas práticas cotidianas. Como afirma Telles (1994), esse reconhecimento seria *medida* de construção da sociabilidade, e seria mesmo a partir dele que se fundamentariam as leis e instituições, numa sociedade democrática<sup>4</sup>.

Esse debate montava, ainda nos anos 80, um *campo discursivo* específico no país, que forjava a abertura de canais de debate ampliado. Desde campo surgiam propostas concretas de uma democracia efetivamente mais atenta à difusão de uma cultura democrática, e foi ele que ofereceu pano de fundo para que os movimentos sociais aparecessem na cena pública. Essa foi, sem dúvida, a principal novidade do cenário político nacional nas últimas décadas, e não foi à toa que a aparição popular desse período foi tão tematizada na academia<sup>5</sup>. Foi do interior deste campo político, ainda, que surgiram os experimentos de Orçamento Participativo e Conselhos Gestores de Políticas Públicas, destaques entre as práticas de gestão governamental participativa efetivamente implementadas nas últimas décadas no país, originalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>6</sup>.

Entretanto, paralela a essa tendência nacional de construção democrática e abertura de canais de participação popular, e mesmo no interior dela, como se demonstra recentemente, a década de 90 mostrou uma impressionante expansão da privatização neoliberal, no sentido amplo e radicalmente antidemocrático do termo, em muitos setores do globo e particularmente na América Latina. No Brasil, os movimentos sociais não ficaram imunes a esse processo e tiveram sua presença pública dificultada recentemente, o que foi interpretado de modos divergentes pelos analistas<sup>7</sup>. O que se viu nos primeiros anos do novo século, ao lado das tentativas democratizantes, ainda bastante recentes, foi um aprofundamento da desigualdade social e a restrição de sua tematização na cena política. Esta restrição é entendida, aqui, como um obstáculo efetivo à aparição política dos movimentos sociais<sup>8</sup>. Um paradoxo fundamental que se coloca às análises políticas brasileiras, então, está no fato de efetivamente existir um regime político “democrático” consolidado, inclusive repleto de experiências participativas, e que ainda assim permite que a esfera pública, especialmente aquela forjada pelos setores populares, seja tão (e tão progressivamente) restrita.

No caso brasileiro, a constatação desse paradoxo traz de volta a reflexão sobre o traço de autoritarismo que persiste arraigado às práticas cotidianas, muito tratado na literatura nacional, que se constitui em obstáculo fundamental à democratização social. A reposição deste obstáculo, quando esperava-se que ele se diluísse, faz com que a “nova democracia” brasileira seja descrita, por parte da literatura, como uma linha de continuidade do autoritarismo social tradicional, ou até mesmo como “totalitarismo” e “fascismo”<sup>9</sup>. Ainda que haja divergências importantes nesta literatura, toda ela trabalha com a premissa de que é preciso *radicalizar no sentido de cobrar as promessas do conceito; no caso sob exame, as promessas contidas na democracia*<sup>10</sup>. É nesse contexto analítico que se situa a discussão proposta aqui, sobre o papel político dos movimentos sociais no Brasil de hoje. Para tornar claro de onde parte minha argumentação, exponho a seguir as apropriações que faço neste artigo da noção de política e de seus elementos constituintes.

## **A noção de política e os movimentos sociais**

As distintas matrizes teóricas utilizadas pelos analistas dos movimentos sociais produziram divergências internas à literatura que pensou sobre estes atores. Em relação à noção de política, e aos principais elementos que a constituem, as divergências analíticas fundadas em distintas linhas teóricas de abordagem são muito significativas. A política está baseada em uma racionalidade conflitiva para as correntes do marxismo, que romperam com a tradição reducionista ou economicista. Para essas vertentes, a política teria papel decisivo na História, que não é determinada pela economia, mas herda dela as potencialidades para que construa, ativamente, as transformações na sociedade. A História seria a história das mudanças e a política está no centro das possibilidades de mudança. Partindo dessas premissas, aparecem os principais elementos do conceito de política marxista: o Estado, elemento central da prática política; e a luta de classes, agente de mudanças históricas. O conceito de política marxista se firma, então, como o confronto entre as classes sociais pela tomada e subversão do Estado capitalista<sup>11</sup>. Dada a enorme diversidade interna ao debate marxista, baseados nestes critérios analistas marxistas elaboraram juízos também os mais diversos sobre os potenciais transformadores dos movimentos sociais brasileiros desde os anos 80.

Em Gramsci a noção de política recoloca os termos desta tradição<sup>12</sup>. A noção ampliada do político, no autor, inclui de modo central as imbricações entre cultura e política; rompe-se com a idéia da condensação de todas as contradições no Estado, e com a noção de política como dirigida unicamente ao domínio e reconfiguração do aparelho estatal, ainda que entendida em grande medida como surgida do conflito entre as classes sociais. A transformação social em Gramsci é a luta política pela construção da hegemonia<sup>13</sup>, um modo *específico de construção do poder*<sup>14</sup>, baseado no *consentimento ativo*, ou seja a adesão voluntária e crítica de setores sociais a uma *concepção de mundo*, nos termos do autor. Abre-se para além do confronto as possibilidades de *oferecer condições de reconhecimento* ao interlocutor político, na conquista negociada de cada vez mais posições na sociedade. A forma de entender a política em Gramsci é coerente à sua estratégia de “guerra de posições” para a construção hegemônica no ocidente, em contraposição ao ataque frontal ao Estado (ou Guerra de Movimento), preconizado pelo marxismo clássico. O conflito em Gramsci ganha um terreno de persuasão, na interlocução possível entre atores em luta; usando termo que não é do autor, abre-se a possibilidade de se pensar o espaço público. Hegemonia se distinguiria de dominação, e daí toda a influência dessa matriz de pensamento para pensar os movimentos sociais no contexto da “democratização” latino-americana<sup>15</sup>.

Em Hannah Arendt, uma outra matriz teórica utilizada mais recentemente para pensar os movimentos sociais brasileiros, a política tem como elementos constitutivos a idéia de *liberdade*, de *espaço público* e de *palavra, discurso*. Para Arendt, política refere-se a nada mais do que se relacionar com o mundo. Pensar, falar e agir livremente no espaço público. A palavra é política porque proferida por indivíduos que pensam, que refletem, e que por isso habitam o mundo. A palavra política está para Arendt em permanente disputa pública: os conflitos agonísticos sobre as questões de interesse dos homens fazem o sentido real do mundo aparecer, o que permite a aparição de um mundo comum. A política, para a autora, não se refere portanto às categorias sociológicas, como em outras teorias, o que leva Arendt a romper com as noções de política tradicionais das ciências sociais, especialmente da ciência política. A autora procura “recortar” criteriosamente o conceito, remetendo-se para tanto ao período clássico e à filosofia desse período, anterior ao que ela denomina como “ascensão do social”<sup>16</sup>. Jürgen Habermas, também amplamente “utilizado” na literatura dos movimentos sociais, herda como Arendt a noção da política como potencialidade comunicativa entre pessoas, mas acrescenta a seu pensamento uma fundamentação epistemológica e normativa que a autora rejeitava veementemente. Quanto à noção de política entendida como *gestão*, das vertentes da ciência política americana de tradição utilitarista (institucionalistas, racionais choicers, pluralistas, etc.) e tão presente no ideário dominante hoje, sua ruptura é radical, seria desnecessário dizer.

### *Conflito, Dissenso, Espaço Público*

Em Hannah Arendt o *conflito* é constitutivo do espaço público, dada a pluralidade existente entre os homens e o pressuposto de liberdade na ocupação desse espaço. Mas não há na autora uma reflexão específica sobre os conflitos introduzidos pelas classes populares na constituição das esferas social e política contemporâneas. Quem faz esse trabalho de forma original é Jacques Rancière, seguindo pressupostos políticos tanto arendtianos quanto marxistas. O autor propõe:

“uma reformulação no conceito de política em relação às noções habitualmente aceitas. Estas designam com a palavra *política* o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar a esse conjunto de processos um outro nome. Proponho chamá-lo *polícia* [...] dando-lhe um sentido neutro, não pejorativo. [...] Ao ampliar assim o conceito de *polícia*, proponho restringir o de *política*. Proponho reservar a palavra *política* ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da *polícia* pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.” Rancière (1996, p.372).

O conflito, proposto por Rancière em crítica aberta à noção de consenso em voga pela difusão (por vezes inapropriada) do pensamento de Habermas, ganha o nome de *dissenso*, forma específica de instaurar a igualdade política em sociedades hierárquicas, ato fundamental para que de fato potencialmente se criem os espaços públicos, e qualquer forma de razão comunicativa. Para Rancière é necessário, dada a desigualdade real e empírica de nossas sociedades, montar primeiramente um mundo comum entre os seres que debatem, e só o *dissenso* é capaz disso. Só o *dissenso*, portanto, instaura a possibilidade da política. Nas palavras do autor:

“A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o *dissenso*, ou seja, a ruptura das formas sensíveis da comunidade. Rancière (1996, p.370). [...] É isso o que chamo de *dissenso*: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito *sobre a constituição mesma do mundo comum*, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O *dissenso* não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. *Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular*. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, *devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações*” Rancière (1996, p.374, grifos meus).

A apropriação que pretendo fazer do pensamento de Rancière, neste artigo, pressupõe que os conflitos que portam os movimentos sociais são anteriores a estes próprios movimentos específicos, e que por isso são constitutivos da própria noção de movimentos populares<sup>17</sup>; e mais, que a forma como esses conflitos são incorporados na atuação dos movimentos sociais recentes delinea os modos como estes atores se projetam na sociedade, e portanto seus potenciais de figurarem nela como sujeitos políticos.

As modalidades de conflitos populares contemporâneos na América Latina são, quase sempre, reação à tendência dominante na região de esvaziamento dos conteúdos de debate público, reação portanto à frase “não há alternativas”<sup>18</sup>. Dada a complexidade de constituição dos movimentos sociais contemporâneos, há sem dúvida muitas possibilidades analíticas para pensá-los. O crivo específico a que pretendo submeter o momento por que esses personagens passam, neste artigo, é o da capacidade de estabelecimento de um campo de discussão

pública sobre temas de interesse público, um campo discursivo que permita elaboração de alternativas. Esse é um crivo eminentemente político, que relega a um plano menos relevante, do ponto de vista analítico, as conquistas sociais de movimentos populares específicos e a um mais importante a capacidade deles em gerar terrenos de discussão pública sobre as demandas dos setores populares como classe<sup>19</sup>. A hipótese analítica é que para que haja outras alternativas às tendências privatistas ora dominantes na América Latina, é necessário o estabelecimento de um terreno político no qual os sujeitos populares se mostrem como sujeitos políticos. Sua aparição pública é necessária não porque eles sejam o “pólo da virtude”, mas porque é preciso que a cena política contemple a pluralidade social<sup>20</sup>.

### *A noção de campos políticos*

A noção de campos políticos parte da busca por categorias de análise coerentes com as noções teóricas de política em Arendt e em Rancière, entretanto pouco “aplicáveis” como tais. Tomo como referência estes conceitos, portanto, para utilizar categorias presentes nas análises dos movimentos sociais no Brasil, que também enfatizam os elementos *discursivos* e *públicos* que subsidiam a aparição conflitiva dos *personagens* como sujeitos políticos, sua *entrada em cena*. Evidentemente, portanto, que a referência central aqui é o trabalho de Eder Sader, especialmente quando ele afirma que:

“nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre a realidade e a representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão umas das outras. Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam. Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais.” (Sader, 1988, p. 142).

O autor em seguida nomeia as matrizes discursivas que existiam na elaboração das reivindicações populares (sindical, marxista e católica), no início do período que analisa - finais da década de 60 até meados dos anos 80. A crise dessas matrizes, reelaboradas pelos novos movimentos sociais que emergiam, na interpretação do autor, possibilitou a entrada desses *novos personagens* na cena pública. A reconstrução das matrizes discursivas feita por eles sobre terreno público construía novos sujeitos políticos. Essa reconstrução repercutia politicamente e se reforça porque a aparição pública legitima a luta dos movimentos; porque quando movimentos de favela saem da sua invisibilidade de *paisagem* urbana, e falam publicamente sobre seus problemas, suas demandas aparecem para aqueles que não os enxergava, ou preferia não as enxergar<sup>21</sup>. A aparição movimentista cria dissensos, faz pensar, ainda que por pouco tempo, que o mundo em que habitam favelados pode ser o mesmo que também habita quem os vê. A fala pública deles se torna ainda objeto de outros discursos, e isso monta um espaço próprio de argumentações.

É por isso que, aparecendo publicamente e expondo seus discursos entre os anos 70 e 80, no Brasil, os “novos movimentos sociais” se figuraram como sujeitos políticos, como notou Sader. Os significados que eles atribuíam à sua atuação na luta por bens sociais rompia um campo tradicional de figuração desses atores, sempre à margem da política, e iniciava outro, renovado e muito promissor no período. Os movimentos não apenas alcançavam benefícios em esfera mais ampla às suas “comunidades”, eles formulavam *direitos*. Para tanto, fincavam suas lutas em terreno político.

Outra contribuição importante para pensar a categoria de campo político foi dada em seguida por Doimo (1995) e por Sonia Alvarez e Evelina Dagnino (1995), que utilizaram-se da expressão *campo ético-político*, as últimas relacionando as matrizes discursivas de Sader à idéia de *counterpublics* (espaços públicos alternativos) de Nancy Fraser (1995), bem como à noção de *princípio ético-político*, utilizada por Sérgio Baierle (2000) com inspiração gramsciana. As autoras afirmam que “discursos e práticas dos movimentos sociais demarcaram [até aquele momento] um campo comum de referências e diferenças para a ação coletiva e contestação coletiva”<sup>22</sup>, delimitando um novo *campo ético-político* na sociedade. Era nesse campo, legitimado pela explicitação de injustiças inegáveis, que os movimentos sociais apoiavam suas lutas.

Se esses autores todos pensaram a construção de um campo político na sociedade brasileira desde os anos 70, e viram como os movimentos sociais o forjaram e ocuparam, os últimos anos fizeram pensar sobre os *limites* do projeto portado por estes atores quando o campo que se constituía se restringe. Atualmente, têm-se pensado mais sobre as conseqüências que se mostram aos atores populares quando se passa a estar fora deste campo político. Até porque essa parece ter sido a tendência dominante nos movimentos sociais brasileiros na virada do século; quando perceberam, o campo político construído pelos setores populares durante a transição democrática já havia se desmontado, e o cenário político instituído não contava com eles.

## **A PESQUISA: HISTÓRIAS DA PIRITUBA**

### **Para situar: brevíssima trajetória do MST**

Apresento telegraficamente aqui algumas informações, pontuais, sobre a trajetória do MST. Apesar do movimento não ser o objeto desta análise, é importante aqui percorrer as linhas gerais de sua constituição, em primeiro lugar para contextualizar o caso tratado a seguir nas lutas agrárias que lhe são anteriores, e em segundo lugar para relacioná-lo à trajetória dominante entre os movimentos sociais urbanos brasileiros desde os anos 70. Pois o MST, que surge em campo comum à maioria deles, apresenta trajetória política absolutamente divergente nos anos 90<sup>23</sup>.

Formalmente consolidado apenas em janeiro de 1984, as lutas do MST já haviam se estabelecido desde a perspectiva da abertura política do regime, que também impulsionava inúmeras organizações urbanas. Os setores envolvidos nesse campo discursivo movimentista, como já dito, eram basicamente a Igreja progressista, especialmente os setores dela vinculados à Teologia da Libertação, os sindicatos e a esquerda marxista socialista, que englobava setores

das matrizes anteriores, até por lhes oferecer conteúdo programático, e alguns intelectuais. Se há uma série de fatores comuns no surgimento deste ciclo de protestos no campo e nas cidades, nesse período, há também uma série de especificidades da atuação movimentista no campo, bem como do desenvolvimento capitalista nessas áreas, que merecem ser minimamente citadas.

Como lembra o texto polêmico de Navarro (2002), que elabora didaticamente os períodos vividos pelo movimento social brasileiro no campo, a década de 70 foi marcada por modernização da economia rural, que abriu espaço para partidos e sindicatos mais autônomos e para a intensificação da violência no campo. Os setores populares que se organizaram, nesse contexto, muitas vezes o faziam de forma reativa às inúmeras injustiças sociais que deslizamentos produtivos dessa natureza provocam. Nestas lutas, entretanto, recuperava-se uma tradição de conflitos que havia se estabelecido nos anos 50 e fora abortada pelo golpe militar de 1964. O autor apresenta, então, algumas fases do desenvolvimento do MST no país, que é preciso recuperar.

Entre 1980 e 86, o movimento passa por uma primeira fase, de formação; o desenvolvimento da organização se dava especialmente no sul do país, com destaque para o Rio Grande do Sul, e a organização dos trabalhadores rurais se fazia especialmente por mediadores religiosos, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). A ação do movimento era basicamente de pressão não violenta, em geral sem confrontação forte, para que se abrissem canais de negociação com os governos estaduais. Foram conquistados alguns assentamentos, não muitos, e o lema do movimento era “Terra para quem nela trabalha”.

Entre 1986 e 93, Navarro aponta o que seria uma segunda fase do desenvolvimento do movimento, quando a sede da organização foi estrategicamente transferida para São Paulo, de modo a tentar projeção nacional da organização. A partir dessa fase aparece com mais força a ideologia marxista-leninista na direção do movimento, que passa a ser mais centralmente organizado e focado na formação ideológica de um conjunto restrito de quadros, que faria a função de “frente de massa”. Nesse período se fortalece a circulação de jornais e da propaganda do movimento. Os mediadores religiosos são alijados a uma função mais subalterna que a da fase anterior, passando a ser considerados como auxiliares da equipe de coordenação. A interlocução do movimento passa a ser prioritariamente com o governo federal, conquistada através da tática de enfrentamento mais pesado. O número de assentamentos conseguidos aumenta muito. O lema do movimento passa a ser “Ocupar, resistir e produzir”.

A terceira fase da organização seria, ainda segundo o autor, impulsionada tanto pela confrontação violenta contra grandes proprietários de terra, quanto pela necessidade premente de organização dos assentamentos para que esses se tornassem modelos de produção agrícola. É evidente que a lógica do tipo de ação que a produção nos assentamentos demanda do movimento tem muito pouco a ver com a lógica da pressão por mais terra, para continuar pautando a questão publicamente. O MST se viu, entretanto, forçado a dar conta de ambas. Esse ponto certamente traz um série de ambigüidades na atuação recente do MST, que são denunciadas na literatura<sup>24</sup> e nos depoimentos coletados nessa investigação<sup>25</sup>, o que aparecerá mais adiante. De 1994 a 1997, então, o MST propôs e impôs uma série de cooperativas em seus assentamentos, segundo modelos soviéticos e cubanos, para produção coletiva. Esse

processo foi referido por diversos autores como de “ideologização da produção”. O perfil das lutas do MST estabelece então clivagens importantes se comparado às tendências gerais de mobilização de outros movimentos populares, muito mais voltados, já nesse momento, a estratégias de inserção institucional.

O MST fortalece sua hegemonia em regiões importantes do país, como o Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Aparece ainda uma outra característica muito relevante para as lutas, nesse momento: uma segunda geração de militantes, formada já dentro do movimento, inicia sua atuação; esses jovens passam a compor uma “frente de massa” mais ideologizada, tática e radical. Aparecem nessa fase, ainda, divergências regionais internas ao movimento, que efetivamente já tem inserção nacional e impactos políticos muito fortes. O pico da pressão política do movimento, provavelmente, foi a marcha sobre Brasília em abril de 1997, que culminou com a reunião de mais de uma centena de milhares de pessoas, no dia do primeiro aniversário do massacre de Eldorado do Carajás, em que 19 agricultores sem terra foram assassinados pela polícia militar, no Pará. A manifestação teve um peso simbólico e político fundamental para o período. O lema entoado passou a ser “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

O período mais recente, que Navarro afirma poder figurar uma nova fase na luta do movimento, sem dúvida demonstra o desdobramento, em diferentes direções, das ambigüidades que já se manifestavam até 1997-98. A tática da coordenação central do movimento passa a priorizar o enfrentamento e as novas ocupações de terra, prédios públicos e ações diretas. Na região que estudei, essa passagem é muito bem marcada, fenômeno que nem sempre se verifica em outras regiões, dadas as dimensões fantásticas assumidas pelo movimento em todo Brasil. A manutenção de uma camada de militantes intermediária leal à direção central, fortemente ideologizada (até pela formação política intensiva a que foram submetidos, ainda que questionável em método e conteúdos) mantém a capacidade do movimento de recrutar indivíduos e grupos de muitas regiões para promoverem as ocupações em diversas partes do país. Especialmente dentro dos assentamentos, como o estudado aqui, no entanto, essa camada de militantes tem mais dificuldade em manter sua representatividade e legitimidade. O movimento, nos últimos anos, passa a conviver com ampla presença política e, simultaneamente, com o descrédito de parcelas crescentes dos agricultores assentados, que manifestam dissidências e divisões na sua base de apoio.

A ênfase que a maioria dos trabalhadores já assentados esperavam do movimento, efetivamente, seria a de focar nos investimentos voltados para a produção, que elevasse o padrão de vida deles próprios e dos assentamentos. Não tem sido esse o caminho escolhido em geral, o que é justificável, como se verá, e na Fazenda Pirituba isso é muito evidente. Voltemos, então, duas décadas no tempo, e acompanhemos agora trechos das narrativas dos protagonistas deste drama.

## **Lutas Instituintes**

### *Cara e coragem*

Ainda que indivíduos e grupos não façam sua história livres de determinações, o que é evidente, recorrer à memória das lutas populares é, invariavelmente, adentrar âmbito povoado

de virtudes pessoais e coletivas dignas de nota. A construção de terrenos políticos, e os movimentos sociais seriam sujeitos dessa construção, introduz então mediações, tensões e trânsitos discursivos entre estruturas e capacidade de ação, bem como entre o mundo das necessidades objetivas e a esfera pública.

A narrativa que elaboro a seguir parte, portanto, do reconhecimento de um âmbito em que homens e mulheres, acossados por necessidades e carências da vida, impõem como alternativa o que não seria alternativa natural *a priori*, ou seja, sua aparição política. Esta aparição demanda, para além de contextos amplos favoráveis, coragem de lutar e persistência na luta por parte dos sujeitos, e é esta a dimensão central dos discursos de movimentos sociais caracteristicamente fundadores. Na trajetória estudada, esta coragem esteve no centro das narrativas recolhidas na pesquisa de campo.

O cenário da Fazenda estatal tomada há muito por grileiros, somado à ausência de trabalho para quem não tinha terra, incomodou um grupo pequeno de moradores do município de Itararé, ainda em 1980. Antes desse grupo de lavradores sem-terra ocupar a área em que vivem hoje, entretanto, a ousadia deles construiu discursos que lhes possibilitaram propor o que, sem esse passo, seria impensável. Para ocupar a terra foi necessário, inclusive, recorrer “à matriz da cultura instituída”<sup>26</sup>, e rever alguns conteúdos aprendidos nela:

“Começamos, que nós não tinha terra mesmo, não tinha onde trabalhar. Tinha uma morada em Itararé, que eu morava lá em Itararé... depois aí não tinha terra pra arrendar e a gente tinha conhecimento da Pirituba, que era uma fazenda do Estado e só grileiro que vivia aqui... nós resolvemos vir aqui arrendar uma terra. No fim não deu certo, convidamos quatro companheiros e viemos ocupar a área.” [Zico].

Depois tentada uma solução mais bem aceita socialmente (o arrendamento), e depois dessa tática não dar certo, restava reinterpretar o que foi aprendido. Um grupo pequeno de lavradores decidiu ocupar uma área de terra ociosa, e a ocuparam. As necessidades semelhantes de muitos outros lavradores fez com que, aberta a porteira, o movimento inicial, formado por apenas quatro pessoas, crescesse rapidamente:

“Era eu, ele [aponta para Adonir, filho dele] e mais quatro companheiros... dos quatro companheiros, veio nove... de nove, passou mais um bocadinho, consegui trazer 25, inteirando 34 família... depois das 34 famílias tinha mais gente que queria vir, veio mais outro, veio mais outro, inteirou 56 família... eu sei que já começemos a fazer barracos, fazer casas, casinhas... sem autorização de ninguém, com a cara e a coragem.” [Zico – grifo meu].

O que o grupo fazia, apesar de justo e correto para quem construía-se por esta experiência, permanecia como discurso impensável, inimaginável, para quem vive em um mundo organizado a partir de outras premissas, nas quais, como diz Marilena Chauí:

“a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que

pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. [...] [no mundo instituído] os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo direito de falar e ouvir, [os] lugares e circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, conteúdo e forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.” Chauí (2000:7).

Para criar outras possibilidades para além das admitidas é necessário de fato ‘cara e coragem’, é preciso agir, como diz ‘seo’ Zico, evidentemente *sem autorização de ninguém*. Aos que sempre foram vistos, e assim aprenderam a se ver como tendo a obrigação de buscar a autorização prévia de um superior, o simples fato de não buscá-la é dissensual. Estabelecer esse dissenso expõe a própria face, o que se faz com a certeza da repressão. E a repressão de fato vem.

### *À bala*

A chamada à ordem é cotidiana, simbólica e maciça, como se sabe. Entretanto, quando apesar dela há eventos que requerem especial recomposição da paisagem social dada, a repressão se faz também no mais objetivo dos planos.

“Nós sabíamos que alguma coisa ia acontecer. [...] Pra algumas pessoas que tinham confiança eu contava: olha, cabe de nós sermos despejados. De repente [...] apareceu jagunço, lutamos, lutamos, lutamos. [...] Jagunço veio conversar: - não, vocês vão embora, porque aqui é do Marconde, vocês tem que ir embora; e se não for embora por bem, vai por mal.” [Zico].

O grileiro, que detinha ilegalmente a posse da terra estatal, já havia enviado homens, pobres como Zico e seus companheiros, para coagir à força o grupo a se retirar da área ocupada: os jagunços chegaram. Era o ano de 1981. Depois de alguma negociação e ameaças, os jagunços resolveram atirar:

“depois, de noite ele [o jagunço] veio, com a turminha dele, e começou a dar tiro, nas casas... tiro pra lá, de uma casinha da beira da estrada, lá em cima, pra cá. Quando saíram os primeiros tiros, teve gente que veio se reunir comigo: - ah, eu vou embora... eu vou embora. De 12 dias [de ocupação] em diante, sobramos só cinco.” [Zico].

Sobraram na terra, depois de coagidos à bala a sair do lugar almejado, apenas os mesmos cinco lavradores do início da contenda. A cara e a coragem virou violência, em resposta à violência sofrida. A área ocupada se tornou centro de embates armados entre interesses e forças antagônicas, em terreno privado, como se vê até hoje<sup>27</sup>.

“[...] quando foi um dia, fizemos um tiroteio neles... eles fizeram em nós, nós fizemos neles... tinha o tal de Padre Narciso que acompanhava nós, né? Esse padre foi e falou: ói, Zico... nós num pode só receber tiro, nós tem que devolver alguma coisa! Então, falei: fica de prontidão, moçada... esse dia já tinha uma turminha boa: quando eles começaram a atirar, nós preparemos os carros nossos, tudo, três carros nossos, e quando eles voltaram de lá pra cá, nós *chumbamos* três carros deles... mas só por baixo. Hã, chumbamos,

atiramos nos três carros, dois carros arrastando aro... só com aro, até lá em cima, nas casinhas... aí nós fomos lá, olhamos os carros, tinha sangue no banco. Falei pros companheiros: -nesse carro aqui, caboclo tomou uma pancada de chumbo. [...] O grileiro fez parte [denunciou], veio a polícia. [...] Falei: cadê a ordem do juiz? Num tem, então ordem de jagunço [eu não aceito]. Passou mais 4 ou 5 dias, outro tiroteio..." [Zico].

A violência domina a cena e destrói os espaços de locução abertos pelo dissenso inicial<sup>28</sup>. A repressão executa a tentativa de recomposição da ordem, e tenta empurrar os pobres novamente para o local que em geral ocupam nessa paisagem, ou seja, o da invisibilidade e impossibilidade de fala. Ali são de novo os homens incivilizados, os "fora da lei", e a polícia deve cuidar deles.

"aí veio polícia, comandante, capitão, coronel, com dois ônibus de polícia... pra despejar só 9 pessoa. E lá no asfalto, na pista lá, ficou uns cinquenta polícias. Veio o capitão, andando, tudo: - como vai? Conversando, diz que tinha ordem de despejar... ordem do juiz, nós respeita, né? Respeitamos, fomos pra Itaberá... esse aí [o filho dele – Adonir] e outro companheiro dele foram algemados. A polícia e o grileiro pegou eles, algemou e levou pra Itaberá." [Zico].

Apesar da repressão, o patamar de negociação do movimento agora já era outro. Os pobres, nesse caso, não retornaram ao mesmo local em que estavam, mas a outro. A mediação da polícia no processo conferiu aos lavradores sem terra, ao menos, um patamar de reconhecimento de sua existência e organização. A interposição de uma mediação estatal, ainda que repressiva, de toda forma interfere num sistema de dominação baseado em critérios privados, o que se viu em diversas ocasiões na história das lutas de povos oprimidos<sup>29</sup>.

### *Outras mediações*

Seria simples demais imaginar que toda a luta inicial do movimento transcorreu nos limites das narrativas acima, ou seja, tendo como base apenas as virtudes *internas* ao grupo de agricultores que buscava terra. O momento instituinte das lutas desse assentamento é importante, justamente, para constatar os diversos patamares das lutas populares em sua complexidade. Outras mediações foram buscadas por estes agricultores mobilizados, a luta local precisava se fortalecer, e o contexto era propício. Havia discursos emancipatórios que circulavam mais amplamente pela sociedade brasileira, e que simultaneamente eram constituídos e constituíam os movimentos populares daquele momento. No início dos 80, como dito, setores progressistas da Igreja Católica, dos sindicatos e da intelectualidade marxista solidificavam a luta popular, oferecendo-lhe campo de interlocução e articulação que facilitava o alcance de um estatuto político<sup>30</sup>.

Não foi diferente na Fazenda Pirituba. Estabelecida esta luta inicial e local, o movimento acessou diversas mediações importantes de suporte às suas demandas. Foi essa articulação que permitiu que 'seu' Zico não ficasse sozinho, com seus poucos companheiros. A virtude interna ao grupo, basicamente sua coragem, não resistiria muito mais tempo centrada em si mesmo. O início dos anos 80, no estado de São Paulo, é o período por excelência da

articulação entre grupos populares mobilizados e setores médios e intelectuais descontentes com a ditadura, sob a bandeira da democracia, da anistia, dos direitos universais. A abertura iminente do regime político anunciava mudança na estrutura de classes no poder estatal, e pipocaram ações de apoio e assessoria ao conjunto amplo de movimentos sociais do período, tanto estatais como não governamentais.

No caso específico da Fazenda Pirituba, foi fundamental ao movimento poder acessar a mediação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Frente Nacional do Trabalho (FNT), ambas instituições relevantes na luta dos setores progressistas da Igreja e do movimento sindical junto aos movimentos populares rurais. E como esses organismos já possuíam alguma experiência de luta, sua assessoria consolidava estratégias de pressão e negociação junto ao Estado, que tinha na época, especialmente em São Paulo, uma ânsia por remodelação. Graças a esta articulação, e a estas mediações, o movimento a princípio autônomo de lavradores estabelece um contato direto com o Governo do Estado de São Paulo, já sob a liderança da figura carismática de Franco Montoro, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura militar.

Depois de quase um ano da primeira desocupação, já na virada de 1982 para 83, os agricultores liderados por 'seo' Zico já sabiam exatamente como continuar a luta, para desta vez permanecerem na terra. Eles se formavam e amadureciam na própria experiência de luta. O relato de 'seo' Tonho, outro dos pioneiros do assentamento, é bastante significativo da interpenetração das distintas esferas em que as lutas populares se davam: de um lado, a ação direta autônoma, como durante o período de maior repressão da ditadura; de outro já havia a possibilidade de pressão institucional, negociada, envolvendo o aparato jurídico:

“quando eu soube, já tinha ido algum preso, já... a polícia pegou e levou pra Itaberá, o Adonir, filho do Zico. E daí já foi telefonar, já, e *em São Paulo mandou soltar: já tá na mão no advogado... vai dar certo! Nós sabia que o caso era pra acontecer assim.*” [‘Seo’ Tonho – grifo meu].

*Luta institucional: Você tem advogado?*

Daí, nós tava organizado pá mod’entrar e o advogado pegar a questão. Que as coisa, se num bulir com eles, num tem como aparecer.<sup>34</sup>

“e fomos lutando... até 83. [...] Aí um belo dia eu falei: hoje vou procurar o Procurador do Estado, vou lá e quero ver como é que é... chegamos lá e procuramos o Procurador do Estado: num aparecia, ninguém apresentava. [...] [Depois de dias, ele consegue o contato]: Cumprimentei ele, perguntei se era ele, parece que tava meio com cisma, né? Falei pra ele: olha doutor, eu faz 3 dias que to ligando aqui pra falar com o senhor, num tem jeito. Agora falaram que o senhor ia sair, fiquei esperando. Desculpa atrapalhar o senhor, [fui] pedindo desculpa pra ele, né? Ele: - não, eu to aqui pra atender mesmo, num tem nada, mas qual o assunto? Eu falei: - o assunto é sobre a Pirituba: ele olhou... e num é você aquela pessoa que saiu na televisão, ou é você mesmo? Falei: é eu mesmo... então entra aqui, vamos sentar. Eu falei: - num vim aqui por banditismo, nada, vim aqui pedir socorro. Ainda brinquei, falei: uma dor que eu tenho quem pode curar é o senhor, sobre a Pirituba. Ele perguntou pra mim: *você tem advogado?*” [Zico].

Depois de terem sido expulsos duas vezes da terra ocupada, entre 1981 e 83, os agricultores acessaram a dimensão institucional das decisões jurídicas. A primeira pergunta que foi feita a 'seu' Zico, então, foi a seguinte: *you tem advogado?* Não bastava mais a luta espontânea, eram necessárias também outras capacidades para o movimento. O campo político armado do período, no entanto, permitia esse passo. As assessorias do movimento permitiam que Zico tivesse resposta à pergunta. O *sindicato* tinha advogado. Depois de muita discussão e de reuniões entre agricultores, advogados e o Estado, houve o acordo para ocupar a área com mais de cem famílias<sup>31</sup>, para que a decisão judicial posterior fosse pressionada.

A ocupação definitiva, portanto, ocorrida em 13 de maio de 1984, data comemorativa da abolição da escravidão no Brasil, já foi feita de modo inteiramente articulado aos setores sindicais, da Igreja e, o que é mais importante nesse caso, do Estado<sup>32</sup>. Um técnico contratado pelo governo estadual, responsável pela negociação com as famílias, planejou com eles a ocupação, e esteve com os agricultores quando eles entraram no terreno. Se ainda havia um peso simbólico importante na pressão que a ocupação por centenas de famílias causava na opinião pública local, e se ainda havia muita resistência das elites locais a ela, as lideranças do movimento já tinham a segurança de que entravam na área definitivamente. O Estado os avalisava.

“nós já estávamos sabendo que nós íamos ganhar mesmo a área [...] marcamos pra dia 13 de maio ocupar a área, [...] amanhecemos dia 13 aqui. Trezentas e tantas famílias. Ficamos mês de maio, quando foi mês de julho saiu o seqüestro [judicial] da área.” [Zico].

Dada essa articulação prévia, depois de 3 meses de ocupação a área da Fazenda Pirituba foi “seqüestrada” judicialmente, o que significava que o Estado despejaria os grileiros e assentaria os agricultores sem-terra, seguindo um plano de administração<sup>33</sup>. A medida foi inédita, nunca havia ocorrido no país, trata-se do assentamento rural mais antigo do estado de São Paulo. O Estado brasileiro, reconfigurando-se no período, buscava formas novas de lidar com questões relativas aos direitos dos trabalhadores, e também nesse plano apareciam novidades. O momento era instituinte, e havia grande pressão popular por democratização. Cabe notar entretanto, para não idealizar este processo, que as relações de movimentos populares com o Estado não foram lineares nem isentas de contradições. No dia 13 de *junho* de 1984, portanto um mês depois da ocupação da Fazenda Pirituba, ocorria em São Paulo uma manifestação importantíssima do movimento de favelas e cortiços, justamente *contra* o governo Montoro. A manifestação foi reprimida fortemente por esse mesmo governo, e se tornou evento muito lembrado na história de luta dos movimentos sociais urbanos em São Paulo.

Ao mesmo tempo em que se abriam portas de negociação com alguns movimentos, e se inovava mesmo judicialmente no trato dos direitos de seus integrantes, reprimia-se violentamente outros movimentos semelhantes. As relações dos atores populares com o Estado no Brasil, desde então, caminham sob contradições dessa natureza. Desde os anos 80, percebeu-se que deveria haver mais do que uma forma de lidar com as estruturas estatais, dadas suas ambigüidades constitutivas. O MST talvez represente, hoje, a organização popular que de modo mais hábil consegue articular a negociação com setores do Estado, no estabelecimento de convênios e parcerias institucionais, com a fortíssima pressão sobre eles, através de ações diretas de enfrentamento, especialmente as ocupações de terra. Já naquele momento, 1984, essa tática começava a aparecer; a pressão popular articulada à negociação

em terrenos institucionais, por vezes ainda hoje denunciada como estratégia contraditória dos movimentos populares, não por coincidência existe desde o início da democracia liberal brasileira.

Os canais de interlocução com o governo, abertos já na metade da década de 80, possibilitaram ao movimento de lavradores da Fazenda Pirituba uma condição mais favorável para negociar. Abria-se brechas às demandas populares, entre elas o projeto de assentamento da Fazenda Pirituba, assumido pelo Estado como um experimento de Reforma Agrária. O processo introduz pequenas mudanças de sentido na luta inicial. Mesmo antes da ocupação definitiva, como já disse há pouco, junto dos militantes sem-terra já estava um técnico do governo estadual, que se tornaria, a partir de 13 de maio de 1984, o gerente do *assentamento*.

## ASSENTADOS

### *Os tempos da Associação*

Oh! A corrente que o Zeca falou funciona mesmo.  
Quer dizer, então nós gostou daquele plano...

Zec Beze, ou simplesmente “Zeca”, destacado pelo Estado para elaborar e gerenciar o plano de produção do assentamento, é figura muito lembrada pelos assentados iniciais. Figura firme, competente e muito carismática, esse engenheiro agrônomo parece ter contribuído muito para a coesão interna do grupo de assentados em torno de um projeto de produção agrícola, que foi implementado com muito sucesso. Além disso, a personalidade forte com que “Zeca” conduzia as discussões e negociações, tanto internamente quanto na relação com o Estado, não impedia que os agricultores pudessem sentir-se como protagonistas da ação que se empreendia. São vários os depoimentos que afirmam que ele se colocava à disposição para executar o que os assentados decidissem, e então coordenava as ações decididas, e não o inverso. Dessa atitude surgiu um profundo respeito dos assentados por ele, que se mantém até hoje<sup>35</sup>.

O grupo de agricultores sentia-se bem com as conquistas, estar sobre um pedaço de terra era realizar um sonho antigo, que havia demandado muita luta. Empolgados, homens e mulheres aceitaram o desafio, imenso em princípio, de buscar as condições materiais para que pudessem produzir coletivamente. A primeira providência foi a montagem de uma Associação, que oferecesse figura jurídica para que se pudesse obter financiamento público para a produção agrícola:

“foi feita a proposta de criar uma Associação, que envolvesse todas as pessoas que deveriam ter direito à terra. [...], aí foi feito um levantamento, uma pré-seleção, de quantas famílias cabiam, tudo, e todas essas famílias ficaram sócias. Aí foi apresentado esse plano pro juiz e o juiz, com o Estado, uma figura que tem durabilidade, confiabilidade, essa coisa toda, então falou: ah, tudo bem, então *vai ficar sob a tutela do Estado e o Estado vai tutorar essa associação, vai ser o tutor*. A associação vai ficar responsável pela administração da área, e aí onde seria realizado esse plano de assentamento durante o período, até que a terra se julgasse definitivamente do Estado pra promover o

assentamento definitivo.” [Nico – grifo meu].

Na negociação com o Estado e devido à conjuntura muito específica do momento, o que se viu foi uma inversão do cenário anterior. Se no início das lutas os agricultores demandavam direitos de modo autônomo, sem nenhum apoio, e tinham mesmo que lidar com repressão privada, jagunços, ou violência policial de um Estado refratário às suas demandas, em pouco tempo o assentamento Fazenda Pirituba se transformou em algo *oficial*. Um dos depoimentos demonstra como, simbolicamente, essa inversão se deu:

“ah, na época do governador Montoro, vou falar bem a verdade pra você: óia, nós tinha uma advogada que andava junto com nós aqui, ela ligava junto com nós direto pro Franco Montoro... falava o que fosse preciso falar, direto.” [Orlando].

A partir de 1984, o que se viu na Fazenda Pirituba foram experimentos de muitas das políticas estatais de Reforma Agrária, tanto do nível estadual como federal. Já no primeiro ano houve muitos investimentos públicos no assentamento, para garantir a infra-estrutura que possibilitaria a produção<sup>36</sup>. O orçamento de crédito agrícola liberado para a Associação foi elevado, e assegurou as condições para a produção inicial:

“fomos no banco, por São Paulo, por tudo, Caixa Econômica, tudo, conseguimos financiar... 5 tratores pequenos, 4 tratores grandes, batedeira e niveladora. Quer dizer, todo implemento pra agricultura nós tínhamos... tudo! Niveladora, plantadora, plantadeira, duas plantadeiras grandes, duas aradoras, grade aradora, niveladora, conseguimos tudo isso através da Associação.” [Zico].

Nem no melhor sonho, do mais idealista dos militantes iniciais, o cenário pós-ocupação poderia ser mais favorável. Menos de três anos depois de terem sido recebidos à bala, estavam sobre o mesmo terreno ocupado inicialmente, agora com todas as condições e segurança para que o fizessem. Evidente que havia razões, na esfera institucional, que favoreciam essa situação, bastante peculiar. O Assentamento Fazenda Pirituba era agora considerado um modelo para os assentamentos rurais no Estado, e o governo resolveu apostar em seu projeto-piloto:

“A concepção da equipe que assumiu o Estado, na época do governo Montoro, que começou os assentamentos, coordenada pelo José Eli da Veiga, tinha a seguinte tese: que o agricultor vendia a terra, ou seja, que ele não era incluído no processo, porque ele não tinha acesso a crédito e não tinha acesso a tecnologia da produção moderna... *então isso tudo foi garantido.*” [Nico – grifo meu].

Os tempos foram muito prósperos, os primeiros anos do assentamento são ainda hoje figurados como uma época memorável. O período que vai até 1988 é lembrado por todos os entrevistados como uma fase de bonança, com ares de sonho e realização. E de resultados concretos muito expressivos.

...e dali foi bonito, sabe?

Alguns depoimentos falam em 18, outros em 21 mil sacas de feijão, obtidas logo na primeira colheita do assentamento<sup>37</sup>. É certo que essa produtividade foi recorde na região, e que a fartura na produção legitimou ainda mais a aposta, tanto dos assentados, quanto do Estado, no sucesso da experiência em curso no Assentamento Fazenda Pirituba.

“na verdade o que garantiu nós aqui foi a produção. Se não fosse a produção, nós não conseguiríamos ganhar essa terra aqui. Então a reforma agrária só deu início em cima da produção.” [Orlando].

A venda da safra de feijão e milho, que também era intermediada pelo Estado nos primeiros anos<sup>38</sup>, sempre possibilitava recursos suficientes para quitar as dívidas de financiamento, junto aos bancos estatais, e gerava lucro para a Associação, que repassava parte às famílias; com o restante, investia-se na sua estrutura tanto física como de equipamentos agrícolas<sup>39</sup>. O que se viu neste assentamento, ao menos até 1988, foi uma estrutura produtiva muito bem montada, que contava com implementos modernos, assistência técnica garantida e amplo acesso a crédito, cenário propício para uma alta produtividade. Estabeleceram-se mais duas áreas de assentados, e a Fazenda Pirituba contava agora com as Agrovilas 1, 2 e 3. O modelo de produção competente parecia validar a concepção de que a reforma agrária se faz ofertando terra e estrutura produtiva aos trabalhadores sem-terra. A luta continuava.

Mas logo em seguida os problemas começaram a surgir:

“trabalhou 4 anos, bem trabalhado, com a Associação. [...] Depois de 4 anos que a Associação tava toda formalizada, barracão bonito, bem feito, empacotadora, nós tínhamos, nós tínhamos tudo, secador, empacotador, o pessoal resolveu de num pagar as contas...” [Zico].

Começava o declínio. Quatro anos depois de fundada, ainda que o apoio estatal que a havia levantado permanecesse, a Associação perdeu todo o patrimônio conquistado e desmoronou. Um castelo de cartas. É assustador visitar as famílias na virada do século e constatar, sem necessidade de estatísticas, a precariedade em que vivem ainda hoje os assentados mais antigos da Reforma Agrária em São Paulo, talvez do Brasil. Depois de toda luta, os indicadores socioeconômicos da primeira área ocupada da Fazenda Pirituba ainda são assustadores: 86% dos assentados têm renda anual que equivale a menos de 2 salários mínimos mensais, 44% ganha até um salário; 75% dos assentados não completaram nem o ensino fundamental; as condições de saneamento e habitação são muitíssimo precárias, duas décadas depois da terra conquistada. Mais impressionante: hoje, apenas 51% dos assentados trabalha em seu próprio lote, e os 49% restantes são forçados a outras atividades, em geral o trabalho como diaristas em fazendas vizinhas, para manterem-se vivos<sup>40</sup>. O que se passou para que, depois de 20 anos de conquista da terra, e na área mais antiga e bem estruturada da Fazenda Pirituba, as pessoas ainda vivam de modo tão precário?

## *O declínio da Associação: homogeneidade e diferenças*

Só que daí, é como eu tava falando... quando começa bonito, sempre tem qualquer coisa, tem que tomar cuidado, sabe?

Pela regularidade dos depoimentos obtidos na pesquisa empírica, não é difícil compreender os fatos objetivos que desencadearam a desagregação da Associação, narrado com muita precisão pelos entrevistados. Objetivamente, o que ocorreu foi que uma série de agricultores, quase um terço do total de integrantes da Associação, após os quatro anos de prosperidade, sentiram que poderiam produzir por sua própria conta, de modo individual ou em pequenos grupos, e dispensaram a organização coletiva que lhes havia sido proposta e que haviam integrado até então<sup>41</sup>. Esses agricultores perceberam que teriam condições de produzir por sua própria conta e, depois de comercializar a produção, receber mais do que os 20% do valor total obtido, que recebiam da Associação. Esse grupo se negou a continuar colaborando e iniciou um processo de disputa interna por recursos e por poder, por vezes para além da questão específica da Associação. Essa quebra na coesão do grupo fundamentou o início da desagregação da iniciativa.

Mais especificamente, em 1987, um parte dos assentados, após receberem o financiamento via Associação, resolveram não pagar suas dívidas, e comercializar sua produção direta e individualmente<sup>42</sup>. A partir dessa ruptura, que teve ares de enfrentamento em relação à diretoria da Associação, esses assentados decidiram se desfiliar dela sem quitar as dívidas<sup>43</sup>. Como se tratava de parcela significativa dos associados, a Associação se endividou pela primeira vez. Ainda assim, entre 1987 e 1988, a diretoria conseguiu renegociar a dívida com o Estado e obter novo financiamento. O processo se radicalizou, no entanto, e a dívida cresceu assustadoramente no ano seguinte, obrigando a Associação a vender todos os implementos de produção (seu patrimônio adquirido nos anos anteriores) como forma de quitá-la<sup>44</sup>. Ao final de 1988, e apesar de ainda assim o Estado ter disponibilizado crédito para a produção de 1988-89, ocorreu um fato antes inimaginável: os assentados se recusaram a receber o crédito estatal, eles o negaram. Havia um medo, justificável, de se endividarem ainda mais, dado o efeito-dominó que a inadimplência interna causava. Agora, não havia mais patrimônio da Associação que pudesse garantir o pagamento do crédito<sup>45</sup>.

A partir dessa data, sem renovação do crédito, o assentamento da Fazenda Pirituba viu declinar sua capacidade produtiva incrivelmente, e jamais se recuperou, também por uma série de outras razões e fatos posteriores. Se o processo objetivo de declínio é relativamente simples de se compreender, é preciso ir um pouco mais fundo dimensionar o que ele significa, politicamente. É quase certo que, na base do conflito interno que destruiu a Associação, está o obscurecimento das diferenças internas ao grupo dos assentados, manifesto mais fortemente desde o contato desta luta popular com o Estado. Aparece então, pela primeira vez até aqui, a relevância da heterogeneidade dos setores populares, inclusive de classe, que atravessa as famílias da zona rural brasileira, constatação ainda hoje desconhecida da grande maioria das ações públicas relativas a elas. Isso equivale a dizer, para as questões de interesse aqui, que nem todos os sem-terra são iguais.

No caso estudado, os grupos assentados em conjunto tinham histórico de diferenças

importantes, tanto nos perfis familiares quanto nas condições socioeconômicas e capacidades funcionais, para além dos critérios de raça, naturalidade, papéis desempenhados por gênero e etc. Havia ao menos dois grupos de famílias na ocupação inicial do assentamento, com histórias claramente definidas e distintas<sup>46</sup>. Havia grupos de pessoas que, sendo os mais pobres dos pobres do campo, eram originárias de famílias que sempre trabalharam como empregados, funcionários ou bóias-frias, em produções alheias, e que nunca haviam vivido a experiência da produção autonomamente. A unidade de produção, para elas, estava alheia à seu mundo privado: estes indivíduos trabalhavam para outrem, para garantir seu sustento. Mas havia outro grupo de pessoas, não menos importante, que apesar de também ter conquistado a terra apenas com a luta movimentista, em 1984, há gerações era proveniente de famílias que já haviam sido pequenos sítiantes, ou que trabalhavam em terras arrendadas de outros proprietários, ou em sistema de parceria. Essas famílias já conheciam tradicionalmente o ato de produzir, dominavam as técnicas da lavoura e sentiam-se capacitadas para plantar, colher e comercializar por sua própria conta. A família era a própria unidade produtiva, para elas.

Um dos tópicos relevantes a que essa discussão conduz, que infelizmente não pode ser tratado aqui a contento, diz respeito à característica excessivamente homogeneizadora das políticas de crédito, nesse caso, que talvez possa ser generalizada para boa parte das políticas públicas nas democracias liberais. Ao se criarem como programas técnicos, estas ações quase sempre desconsideram as diferenças internas aos seus “públicos-alvo”, reconhecidos não como sujeitos mas como objeto de intervenção estatal. Esse é um dilema antigo das relações entre movimentos sociais e Estado, que no entanto ainda merece ser debatido, especialmente em países com alta institucionalização das políticas sociais, como no Brasil. Esta afirmação pretende recolocar a questão da *diferença* em destaque, em ruptura crítica com a homogeneização superficial que ronda os discursos – inclusive vindos da esquerda - sobre as *classes populares*, os *pobres* etc.

A heterogeneidade interna aos assentados ficou subsumida enquanto durou a coesão interna do grupo mantida tanto pela motivação inicial, gerada pela conquista da terra, quanto pela firmeza da condução e coordenação da produção do “Zeca”, o engenheiro agrônomo do Estado. A partir da saída desse indivíduo, que com seu carisma mantinha o grupo unido em propósitos, as disputas internas apareceram de modo muito mais claro<sup>47</sup> e, sem canais de elaboração, constituíram-se em fatores importantes para a desagregação da Associação. Não foi por acaso, assim, que exatamente as famílias que já tinham tradição de produzir foram as que, primeiramente, decidiram-se por romper com a Associação:

“quem era agricultor, já era agricultor e já tinha um acúmulo mais ou menos colocado, ele começava a resistir a esse processo, porque ele queria ter o lote dele e ele tocar, do jeito que ele queria administrar.” [Nico].

A vontade de retornar à produção familiar, dada a tradição da região, e a ideologia de classe média próspera, visitada nos primeiros anos da iniciativa, talvez estejam igualmente envolvidas no abandono do empreendimento coletivo por parte destas famílias. Os lotes de mesmo tamanho, em que cada família podia produzir, rendiam mais nas famílias que já tinham tradição de produção, e elas sentiam-se prejudicadas com a divisão coletiva igualitária. Algumas famílias se conformaram, outras deixaram de se dedicar à produção, por saberem que mesmo sem

muito esforço, receberiam o mesmo que todos. Outras resolveram sair. O cenário no final da experiência da Associação era negativo tanto do ponto de vista da coesão interna aos grupos, quanto dos recursos: mesmo os assentados egressos da Associação, inadimplentes por estarem vinculados às dívidas da organização anterior, viram-se impossibilitados de obter crédito para produzir por conta própria. Também amargaram anos de pobreza, dali por diante.

### **MST na Pirituba – outras histórias**

A partir de 1987, ao mesmo tempo em que a Associação entrava em declínio, havia na Fazenda Pirituba uma outra disputa importante, centrada na possibilidade de entrada do MST na organização do assentamento. De um lado, os técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ao mesmo tempo militantes do MST, pressionavam pela entrada do Movimento; como já trabalhavam ali há alguns anos, eles já haviam se tornado lideranças internas entre os assentados. De outro lado, as lideranças antigas da Associação opunham resistência forte à entrada das formas e metodologias empregadas pelo MST na área ocupada<sup>48</sup>. Mas os conflitos internos já eram praticamente insolúveis, o desgaste da Associação e a ausência de crédito tornavam a situação difícil. O MST talvez pudesse oferecer alguma solução.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por outro lado, crescia no país e considerava importante estar presente no assentamento mais antigo do estado, com tamanho potencial histórico, político e produtivo. O movimento já chegou extremamente organizado à região, por isso, articulado a uma série de organizações nacionais e internacionais, reconhecido por interlocutores políticos e pelo senso comum como a organização popular mais relevante no debate sobre a Reforma Agrária no Brasil. Foi já assim que o MST chegou à Pirituba. A estrutura hierárquica do movimento já era também bem definida: a direção nacional coordenava os trabalhos das direções estaduais, e na região da Pirituba se constituiu uma direção regional, posteriormente. Esta estrutura impunha métodos, estratégias e táticas de ação coordenadas centralmente, que chegavam ao assentamento com muita capacidade de pressão e mobilização.

Aos poucos, o MST começou a fazer parte da vida dos assentados, e sua inserção foi crescente no correr dos anos<sup>49</sup>. Em 1989, as formas de organização do MST já coordenaram o estabelecimento de um novo acampamento na área, que viria a ser conhecido como a Agrovila 4. Como a Agrovila 3 ainda não tinha a terra assegurada legalmente, e os militantes ainda estavam acampados sobre ela, os métodos de organização do MST também entraram nessa área rapidamente: o movimento já sabia como organizar as pessoas, tinha experiência acumulada e obteve sucesso na disputa. A conquista formal da terra para Áreas 3 e 4 - histórias muito bonitas, inclusive, que infelizmente não posso narrar aqui - abriram ainda caminho para outros acampamentos, conhecidos como Agrovilas 5 e 6. Todos os acampados foram assentados legalmente, em anos posteriores. Toda essa expansão do assentamento Fazenda Pirituba, portanto, já se dava na virada para os anos 90, e sob a coordenação do MST; o sucesso das estratégias de conquista da terra, nesse período, são mesmo impressionantes. A hegemonia se completa quando as áreas mais antigas, as Agrovilas 1 e 2, também aderem em parte à coordenação central do movimento, em meados dos anos 90. Agora, a Fazenda Pirituba já era um assentamento do MST.

A entrada do movimento oferecia esperanças às famílias assentadas. A forte capacidade de pressão que o movimento exercia sobre o Estado possibilitava a liberação de novas linhas de crédito, ainda que fossem obtidas por formas novamente coletivas de organização da produção. A expansão dos métodos de organização do movimento contava ainda com o apoio de funcionários da assessoria técnica estatal (contra a própria linha institucional estatal, naquele período), mas agora também com uma série de lideranças locais dos tempos da Associação, que se “converteram” ao movimento<sup>50</sup>.

A história do MST na Pirituba é plena de realizações, conquistas, belezas, contradições, disputas, injustiças e frustrações; não é linear nem pode ser banalizada. Na impossibilidade de fazer jus a ela toda neste artigo, o que me forçaria a refletir sobre as seis Agrovilas implementadas ali, de histórias distintas uma a uma, restrinjo o objeto de investigação aos desdobramentos sentidos, internamente, desde a entrada do MST no comando da Agrovila 1, que já vínhamos conhecendo. Mais especificamente ainda, foco a análise a partir de agora nas interpretações dos assentados desta Agrovila acerca da implementação das grandes cooperativas de produção no Assentamento.

### *Tempos de “coletivização”*

eu posso explicar, porque sofre um lado, sofre o outro, sofrer assim, sabe, sofre de desgosto...  
é o tar do pano branco: por cima tá coisa linda, por baixo tá feio.

Um tópico fundamental da história política do assentamento Fazenda Pirituba certamente será a implantação de Cooperativas de produção do MST, a partir do início dos anos 90. Em todas as Agrovilas, sob as orientações recebidas da direção nacional do movimento, que havia negociado linhas de crédito específicas para elas, junto ao Estado, foram instituídas grandes Cooperativas coletivas de produção nos assentamentos. O modelo era o mesmo, para todos os assentamentos:

“O movimento tinha uma posição político-ideológica que era importante, trabalhar com as empresas coletivadas, e tal. [...] Em praticamente todas as áreas [foi implementada] a metodologia do Laboratório Organizacional de Campo, o LOC, que chama, que é uma metodologia de uma capacitação massiva, de transformar um grupo de pessoas num processo de operário, né? Quer dizer, pegar o cara, que vem, sei lá, você tem uma unidade, um agricultor familiar, naquela lógica... você... não! Nós vamos montar uma grande empresa, no estilo de Cuba, por exemplo, da União Soviética, então a concepção é essa. Nós vamos pegar esse pessoal que tá aí, e transformar eles... e aí pegar esse grupo inteiro e aí botar a Cooperativa. [...] *Porque qual é a tese política que o pessoal falava? Que pro pessoal virar cidadão, esse homem novo, o cara tinha que virar operário... porque o agricultor é pequeno burguês, e pequeno burguês num pode, é um atraso.*” [Nico].

Esse discurso, por mais que esteja superado teoricamente há tempos, inclusive dentro da tradição marxista, e por mais que hoje seja reconhecido como um erro por parcela do próprio movimento, delineou parte significativa das ações - e dos equívocos - que se viram na trajetória do MST na Fazenda Pirituba nos anos 90. Os agricultores que haviam conseguido a terra, para

que não caíssem na “ilusão” de serem proprietários, para que combatessem a “falsa consciência”, para que não reproduzissem a perversidade do ciclo capitalista de produção, foram forçados a trabalhar coletivamente, como operários, sob a moeda de troca do crédito. Negociado junto aos governos pela capacidade de representação do MST, o crédito só seria liberado para quem estivesse integrado às cooperativas do movimento. Dada a inexistência de outra saída, pelo declínio da Associação e a impossibilidade de créditos a pequenos grupos, sem figura jurídica, a maioria dos produtores filiou-se às cooperativas.

“Isso foi a partir de 90, 91, 92 aí começou a ser feito esses Laboratórios... juntava o grupo coletivamente, aí dividia por setor, como uma forma empresarial mesmo. Onde o cara seria empresário, aí começou esse processo todo. E aí ficou um tempo meio mascarado esse processo, porque aí tinha a discussão do crédito também. [...] Se é crédito organizado, o crédito sai pra quem é grupo organizado. Então vai sair pra quem tá nos coletivo. Quem não tá nos coletivo, num participa das luta, num sai crédito.” [Nico].

Se a experiência da Associação havia desmoronado, apesar de pertencimento e da motivação com que todos se dedicaram a ela, a princípio, o que se poderia esperar desse novo empreendimento, que desconsiderava ainda mais radicalmente as tradições familiares e distinções entre os assentados<sup>51</sup>?

“Começou a dar problema também, do ponto de vista da concepção. Porque tinha aquele um que queria ser agricultor familiar, tocar seu próprio lote. E tinha aqueles outros que se acomodavam... como assim, num é que acomodava, que era bóia-fria, então trabalhava, chegava cedo, falava: que que eu tenho que fazer? Então tarefa, mesmo, como um operário, mesmo, então ele não se sentia como cooperado, como dono, da responsabilidade, e aí tinha começado conflito patrão-empregado [dentro da Cooperativa], porque a direção assumia o papel de patrão... aí, patrão, né? Então começava todas as táticas de sabotagem que vocês podem imaginar, que é a relação normal de patrão-empregado.” [Nico].

Não foi necessária uma década para que essa experiência se demonstrasse profundamente problemática e também declinasse, até desaparecer. O que era para ser exemplo de igualitarismo, passaria em breve a ser exemplar da relação mais viciada do sistema capitalista: os cooperativados vigiavam seus iguais, para mantê-los trabalhando oito horas por dia, sobre uma terra que haviam conquistado juntos. Uma das principais lideranças femininas do assentamento, com história de vida toda marcada pela militância de esquerda na cidade e no campo, me disse o seguinte:

“Operário... é operário. Quando a gente chegava do serviço que você vê que tinha que ter um chefe que tá marcando a hora que você perdeu, aquilo dói pra você, dói na gente, sabe? É você ter liberdade... liberdade de trabalhar, de se expressar, de decidir, então isso é que é mais importante: sem chefe. Sem chefe. Sem marcar hora que tem que fazer...” [Zilda].

Em poucos anos as cooperativas frustraram as expectativas das famílias assentadas, e foram

perdendo a capacidade de manter os “cooperados”, até se extinguirem. No plano objetivo, restaram muitas dívidas, divididas entre os participantes, quase todos inadimplentes junto aos bancos públicos ainda hoje. Entretanto, foi no plano simbólico, dos imaginários e concepções de mundo, que a experiência marcou mais.

“Começa um processo de debandada [saída das cooperativas], os primeiros grupos a sair. E aí vem um processo complicado, porque o grupo que tinha coragem de sair começava a peitar a direção das Cooperativas, que era também a direção mais ideológica do movimento. E aí vinha em contrapartida as retaliações e as perseguições, mas assim “stalinistas” mesmo... tudo que vocês imaginarem de perseguição.” [Nico].

As estratégias de controle da base pela coordenação do movimento, então, passaram a gerar conflitos que se traduziram, logo depois, em boicotes aos produtores não coletivizados, e favorecimento na distribuição de recursos públicos obtidos junto ao governo para os membros da cooperativa. Pela força política que tem e que consegue graças à sua ação pública conflitiva, o MST passou a ser reconhecido nacionalmente como representante “natural” dos setores pobres rurais nas suas relações com o Estado. A legitimidade do movimento como representante “dessas populações” é, sem dúvida, reconhecida hoje em todos os níveis do Estado brasileiro. Junto com essa legitimidade, vem a possibilidade de gerenciar a destinação de recursos repassados aos assentamentos, e então é possível utilizá-los não mais para garantir o direito universal conquistado pelo trabalhador rural, mas por vezes para garantir uma base de apoio específica do movimento. Aos grupos internos que romperam com a direção local, e buscaram outros caminhos, não há mais recursos públicos. “Ou entra na luta, ou que se ferre”, me disse uma das lideranças.

Os conflitos internos se agravaram muito nos anos 90, e as grandes safras do período instituinte do Assentamento não voltaram mais. Além disso, o processo de endividamento gerado pelos insucessos coletivos, causados por sua vez pela impossibilidade de mediação entre interesses divergentes, aumentou muitíssimo. Hoje 85% das famílias assentadas são inadimplentes, e a obtenção de novas linhas de crédito estava bloqueada junto às agências e bancos públicos de fomento até o final desta pesquisa. O endividamento dos agricultores familiares assentados, absolutamente disseminado pelo país, é reflexo dos equívocos de concepção que regeram tanto as políticas de crédito estatais, quanto as ações internas aos assentamentos na última década. Nessa perspectiva, me parece que há equívocos inerentes tanto ao modo como o Estado brasileiro pensa seu encontro com os movimentos sociais, como na forma como os próprios movimentos se utilizam deste equívoco para garantir sua legitimidade. O tópico do crédito aos sem-terra, absolutamente complexo e relevante para a Reforma Agrária, mereceria só nesse caso um artigo à parte, dados os elementos a serem abordados para o caracterizar minimamente.

Entretanto, agora importa dizer que, atualmente, o que se vê na Agrovila 1 da Fazenda Pirituba, justamente a área em que se fundaram as lutas coletivas, é uma fragmentação profunda dos assentados em pequenos grupos, cada qual buscando melhorar sua condição de vida da forma como consegue, à sua própria sorte, desarraigados e descrentes de qualquer saída coletiva. A fragmentação das soluções formula entretanto, de modo muito claro e peculiar, uma polarização ideológica entre o grupo dos “coletivos” e o grupo dos “individuais”, como eles se

denominam. Esse falso debate, até por que me parece se fazer sobre terreno privado, minou profundamente as possibilidades de fundação de soluções políticas emancipatórias, quanto de produção que garantisse melhoria social dos assentados, nos últimos anos. A situação de desmobilização e pobreza da enorme maioria das famílias da Agrovila 1 deste assentamento, depois de duas décadas da conquista da terra, questiona centralmente as propostas de Reforma Agrária tentadas pelos governos e movimentos sociais brasileiros neste período.

Uma fotografia atual da Fazenda Pirituba revelaria que as famílias que permaneceram ligadas ao MST, e consentem em continuar na base das ações diretas de pressão do movimento - o que sem dúvida era a prioridade eleita pela direção central até o término desta pesquisa - ainda obtém crédito para produzir, e alguns outros benefícios, como programas de infra-estrutura, moradia etc. Os grupos internos dissidentes, alijados dessa possibilidade e profundamente endividados, não se sentem representados pelo MST e não têm outro representante junto ao poder público. Saída comum: estes grupos buscam apoio junto a quaisquer outros políticos locais, e então reproduzem o clientelismo tradicional das relações políticas do meio rural brasileiro. As oligarquias se mantêm. Outras famílias assentadas, alheias às duas opções anteriores, isolam-se mais e mais. Nesse isolamento resta-lhes, para sobreviver, arrendar as terras conquistadas depois de tanta luta e, aí sim nos casos mais perversos, passam a trabalhar como diaristas em lavouras vizinhas, em regime extremamente precário. Não são raros os casos na Pirituba em que famílias inteiras voltaram à condição de bóias-frias. A paisagem se refaz.

### *Trauma*

discriminação qualquer um sente...

No assentamento em questão, há então um debate colocado de modo muito polarizado, entre o grupo de assentados que prefeririam soluções “individuais” para seus problemas, e o grupo do “coletivo”, vinculados em sua maioria ao MST. Os primeiros querem liberdade para produzir em seus lotes, associando-se no máximo aos seus familiares, e repelindo o quanto possível as ingerências do movimento. O outro grupo, em contrapartida, permanece enfatizando as formas de produção coletivas, funciona sob um manto ideológico forte e beneficia-se dos convênios estabelecidos pelo movimento; a produção agropecuária no assentamento é, portanto, considerada como subsidiária da atuação política do MST, especialmente nas relações do movimento com o Estado. Uma vez mais, a montagem do espaço de conflito, nessas bases, mascara a distinção original, já situada nos tempos da Associação, entre os grupos de assentados. A existência dessas diferenças sustenta então, ainda hoje, debate potencial e conflito latente que, apesar de potencialmente político, não encontra meios para realizar-se. Sem espaço público para discussão dos ideais em questão, para manifestação das singularidades e coletividades possíveis, resta espaço para ressentimentos privados: *desânimo*, *mágoa*, e *trauma* foram palavras muito escutadas na pesquisa de campo.

A partir de 1997, a tática de atuação do MST na região seguiu orientação nacional, bastante compreensível do ponto de vista mais geral, de radicalizar a ação direta e ofensiva como possibilidade de manter-se vivo como sujeito político. Combatendo e combatido por um governo federal em clima de forte antagonismo, até o governo Lula, o movimento precisava continuar mantendo sua conflitividade para garantir aparição pública, que mantivesse seu patamar de

negociação para novos convênios, que financiasse a continuidade das lutas. Essa tática foi bem sucedida, o movimento manteve-se vivo, e promoveu intensa discussão e ação política no Brasil. Muitos outros acampamentos e assentamentos foram conquistados no período, que coincide paradoxalmente com o declínio efetivo do potencial político de muitos outros movimentos sociais. O MST percebeu a tendência de desmobilização que se acercava dos movimentos populares nas cidades e, até como reação às pressões fortíssimas que continuou a sofrer dos setores dominantes, teve de optar entre dois caminhos. A luta política tem lógica distinta da luta pela melhoria social dos assentamentos.

A tática nacional, que parece ter surtido os efeitos desejados em princípio, tornou-se altamente questionável para uma parcela muito significativa dos assentados da Pirituba, inclusive provocando dissidências internas ao MST naquela região<sup>53</sup>. A partir da mudança dos modos de atuar, a produção no assentamento deixou de ser prioridade, e os recursos obtidos pela capacidade ampliada de pressão do movimento foram ficando, cada vez mais, restritos aos grupos que estavam na base da ação política movimentista. As referências à “discriminação”, então, surgiram com muita força dentro do assentamento, não sem razão, e permanecem sendo freqüentes. Os grupos internos à Pirituba acirraram sua disputa, e a força externa do MST praticamente sufocou e isolou parcelas crescentes de agricultores assentados ali.

A questão da representatividade do movimento, associada à da legitimidade, sempre centrais para pensar sobre os papéis políticos dos movimentos sociais na democracia, surgem então como categorias centrais para pensar o momento contemporâneo da Fazenda Pirituba. Ator político experimentado na luta, inclusive institucional, o MST da Pirituba obteve, nos anos 90, acesso a espaços de formulação e implementação de uma série de programas estatais relevantes<sup>54</sup>. A partilha do que se obtém externamente, entre assentados, revela entretanto as ambigüidades dessa relação:

“O MST domina todas as áreas... domina assim, dizendo que trabalha pra todas, né? Na verdade num trabalha... isso aí ele faz pro lado que tem o MST.. o MST que tem a turma que é da coordenação, então eles ali se reúnem, e daí eles começam a ir pra São Paulo. Pra cabeça de muitos coitadinhos, coitadinhos dizer meu, assim, ele num guarda entendimento, e ameaçado de tomar a terra dele, né? Então entra junto. É isso aí que [acontece]. Então a injustiça que eu digo é isso.” [‘Seo’ Tonho].

É evidente que só os grupos internos ligados ao MST é que obtiveram acesso, nos últimos anos, aos “direitos” que os programas públicos conquistados gerariam. Os “individuais” ficaram de fora, o que ajudou a dissolver as relações internas ao assentamento. Aumenta a coesão interna do grupo dos “coletivos”, ou ligados ao MST, que na Agrovila 1 são minoritários mas têm muitos recursos concentrados; reproduzem-se relações de dominação, sob a égide de uma ideologia igualitarista; e dado o endividamento crescente dos assentados, o que se vê hoje é que nem um grupo, nem outro, conseguem obter renda suficiente para suas famílias por via da produção agrícola.

É preciso deixar claro, para evitar mal entendidos, que tenho profundo respeito pela luta do MST e pelas organizações e indivíduos que lutaram durante décadas, no Brasil, pelo sonho da

reforma agrária, e pela superação da desigualdade, autoritarismo e violência que constituíram a sociedade brasileira. Durante quinhentos anos elites mantiveram maiorias alijadas de quaisquer direitos, e o MST é uma reação a isso. É desse respeito que nasce a vontade de debater, desde alternativas à esquerda, as críticas situadas ao movimento. É do respeito a esse histórico de lutas dos agricultores sem-terra desse assentamento que me vem a necessidade de tentar elaborar criticamente as dinâmicas que fazem com que, vinte anos de luta passados, a palavra “trauma” seja o qualificativo preferido para adjetivar sentimentos que palavras como “cooperativa”, “associação” e “coletivo” despertam nas pessoas.

## **CAMPOS POLÍTICOS, DILEMAS RECENTES**

Agora, já é possível recontar a história narrada, em poucos parágrafos, para expor minhas notas finais. A origem da mobilização da Fazenda Pirituba é clássica: nasce do mundo das necessidades, das carências prementes de homens e mulheres aos quais a cidadania sempre foi negada. Privações encaradas com coragem e força de lutar surpreendentes encontraram, no início dos anos 80, um contexto politizado. Havia um campo político montado na sociedade, que ofertou pano de fundo e visibilidade pública às demandas formuladas pelo pequeno grupo de lavradores que lutavam. Os grupos de esquerda do período renovavam sindicatos, pastorais e comunidades de base que, associadas aos intelectuais que regressavam ao cenário político, construía espaços públicos populares, terrenos políticos.

Colocados nesses terrenos, o pequeno grupo de lavradores do sul do estado de São Paulo logo seria um movimento social. A organização, local e baseada em compromissos privados, ao transitar para este campo tornava-se organização política. A conjuntura do período, paradigmática, permitiu que milhões de pequenas iniciativas como a daqueles lavradores, articuladas sob os conteúdos discursivos de mudança que se aproximava, forjassem a abertura de uma esfera pública popular. As condições institucionais facilitavam a aparição deste espaço: o Estado se abria à mudança de regime e a proposta democrática surgia com legitimidade enorme, no Brasil e em diversos outros países da América Latina.

A mobilização dos poucos agricultores se tornou mobilização de muitos, que marcharam sobre a Fazenda Pirituba: a demanda por justiça social é muito reprimida, e ao menor sinal de que se pode efetivá-la, aparecem muitos requerendo sua parcela. O movimento mais ampliado e organizado se tornou então sujeito reconhecido politicamente, fez pressão sobre o Estado, abriu caminho por terrenos institucionais, conseguiu canais de negociação, fez mais pressão neles, e obteve o que buscava: a garantia legal do acesso à terra. O campo de discursos políticos respaldava os agricultores numa luta mais ampla, e comum; isso fazia da conquista social obtida uma conquista política. O sindicato, a igreja e mesmo o governo de transição – estávamos em 1984 - foram mediadores importantes. A ação política repercutia, então, também nos universos privados das famílias recém assentadas: os critérios de entendimento do mundo das famílias rurais do interior de São Paulo, a religiosidade popular que em geral a acompanha, o ritmo da produção agrícola e manutenção da vida de repente se chocavam com uma dimensão de elaboração até então desconhecida: a esfera pública<sup>55</sup>. Pela experiência de luta nesse contexto os militantes descobriram a existência do mundo público, e se viram fazendo movimento popular.

Essa descoberta não faz com que as carências objetivas sejam supridas, evidentemente. Aliás, mesmo as primeiras safras, e a fartura delas, não garantiu estabilidade ao grupo, que não encontrava canais apropriados para resolução de suas diferenças internas. Desde a queda da Associação, no final dos 80, iniciou-se um processo de restrição da ação pública dos assentados da Fazenda Pirituba. Esse processo corresponde à diminuição dos espaços públicos na sociedade como um todo. As causas do declínio da Associação e do fracasso das cooperativas do MST no assentamento foram analisadas rapidamente, nesse artigo. Em minha interpretação, essas passagens simbolizam a restrição das potencialidades políticas daquela comunidade, e de seu progressivo isolamento em relação ao âmbito público. Para pautar publicamente a fratura que separa os que têm direitos dos que não têm, não basta a virtude inicial das lutas, é preciso um campo político permanentemente aberto às demandas populares. Não foi o caso da democracia institucional brasileira, em sua consolidação. Depois dos assentados encontrarem um contexto que lhes permitia formular publicamente suas demandas, depois que haviam se projetado sob pano de fundo político, que lhes permitiu sonhar com mudanças, o chão lhes foi retirado. Disputas internas desmancharam as conquistas anteriores, e as saídas coletivas fracassaram.

Foi aí que o MST chegou à Fazenda Pirituba, recriando esperanças. O movimento adentrava os anos 90 procurando manter-se ativo politicamente apesar do cenário político já ser muito adverso à figuração dos movimentos sociais como sujeitos políticos. Nascido num cenário muito mais propício à aparição popular, pelo campo político forjado durante a transição institucional, o MST superou, nos anos 90, os inúmeros bloqueios contrapostos à sua atuação, e manteve sua relevância no debate nacional. Foi bem sucedida a saída proposta pelo movimento, de apostar na ação direta, priorizar e tecnificar os procedimentos para novas ocupações e acampamentos conquistados, contando com a formação de “frentes de massa” radicalizadas. Assim, simultaneamente a esta especialização da militância intermediária, que garantiu a frente de combate do movimento, houve uma maior centralização da direção, que comandou as estratégias combinadas de luta e negociação com governos, para assegurar tanto a manutenção da visibilidade do movimento, quanto sua sobrevivência material, na última década. A opção pelo conflito público, nessa medida, foi extremamente bem sucedida. Por apostar tudo no dissenso que sua aparição pública carrega, aliás, é que o MST se distanciou da tendência à invisibilidade de uma série de outros movimentos populares, especialmente urbanos, nascidos no Brasil no mesmo período.

Este processo, entretanto, teve custos importantes para a dimensão interna do movimento, e estes custos foram sentidos na pele pelos assentados da Fazenda Pirituba. Em primeiro lugar, custou a progressiva desvinculação das “frentes de massa” e da direção do movimento em relação às suas bases – as famílias acampadas e, especialmente, as já assentadas, deixaram de ser prioridade para o movimento. A direção centralizada e a especialização de uma frente de combate, em realidade, passou a “produzir” abaixo delas uma massa, por definição homogênea e portadora de interesse único, a ser representada quase que naturalmente por sua direção. A realidade empírica conspirou contra esta concepção, entretanto. A homogeneização dos grupos de agricultores assentados na Fazenda Pirituba, que pela segunda vez desconsiderou suas trajetórias anteriores e a construção de suas identidades, redundou não em emancipação social, mas em autoritarismo.

Se houve ganhos com esta ênfase tática na dimensão externa ao movimento, o que se perdeu progressivamente nesta passagem foram os canais entre a construção interna de sua representatividade e o âmbito público, que garantissem a formulação política de suas demandas. O que se perdeu na Fazenda Pirituba foram os processos políticos necessários, internamente, para que de fato pudesse ser construída uma representatividade orgânica do movimento. Quando se desmanchava a possibilidade de emancipações microcósmicas entre os assentados, considerada como “alienação” no discurso movimentista oficial<sup>56</sup>, desmanchava-se a fundação da política na base do sujeito popular que o movimento se propõe a ser, e portanto sua razão política. Na experiência das lutas estudadas, centradas em dimensão externa ao movimento, passou-se a considerar-se a representação como fato dado, natural, e a “massa” perdeu a possibilidade de se constituir efetivamente como sujeito político ou, em outra terminologia, como classe.

Nos assentamentos já estabelecidos surgem então, como se observa em inúmeras etnografias realizadas recentemente, formas quase sempre pouco elogiáveis de manter a militância de base sob controle. No limite, como a história da Fazenda Pirituba demonstra, instrumentalizar a produção e a vida dos assentados para garantir a aparição pública conflitiva do MST força o movimento, de fora para dentro, a diminuir suas capacidades orgânicas. Com estas capacidades reduzidas, sua aparição pública necessariamente precisa se tecnificar para manter a conflitividade em pauta, e tecnificada esta aparição passa a ser centrada na produção de *atos políticos*.

Estes fatos são, ainda que politicamente relevantes, submetidos então à lógica da circulação da informação, ou seja, à lógica do consumo da informação numa sociedade, aí sim, de massas. O fatos têm de ser produzidos de modo intenso, para que a informação política se mantenha circulando. As ações da direção e das “frentes de massa”, conseqüentemente, tendem com o passar do tempo a serem focadas no gerenciamento destes processos, alheios aos militantes de base do movimento, e à dimensão interna de construção da representatividade. Estabelece-se, assim, um ciclo pouco virtuoso e certamente difícil de se sustentar politicamente, a longo prazo. A atuação política do movimento tende, submetida a este ciclo, a incorporar a racionalidade instrumental em seu seio (o que a transforma paulatinamente em seu oposto).

Um dilema fundamental está colocado, portanto. Se é compreensível e justificável a ênfase do movimento em manter sua aparição pública, para sustentar-se como um sujeito político no debate brasileiro, o contexto contemporâneo de restrição progressiva dos espaços públicos populares lhe impõe dilemas severos. De um lado, persiste a extrema pobreza material das populações rurais, inclusive as acampadas e assentadas pelo movimento, que solicita da luta política urgências gerenciais. De outro lado, a restrição progressiva dos espaços públicos para a aparição popular solicita do movimento escolher entre a construção de sua representatividade interna e sua aparição pública. Este dilema não se resolve teoricamente; é o desdobramento histórico, portanto a ação dos sujeitos envolvidos em seu enfrentamento, que demonstrará quais suas conseqüências políticas futuras.

O que fica claro, entretanto, é que este não é um dilema particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na trajetória recente dos movimentos sociais brasileiros, é evidente que o mesmo dilema tem se colocado a todos os atores sociais preocupados em agir

politicamente. Para eles, a luta política é extremamente exigente. Como sujeitos sempre expostos à desqualificação e repressão pelos discursos dominantes, não lhes é possível dedicar-se exclusivamente aos trabalhos de base e esperar o tempo político da grande transformação; nem lhes é permitida apenas a tentativa de ocupação de canais de relação com o Estado, com partidos ou políticas públicas, como fossem eles próprios os governantes; nem tampouco podem focar-se apenas nas ações diretas de confronto, que fundam espaços de locução renovados porém efêmeros. A luta política destes movimentos parece se situar, hoje, necessariamente *entre* todas estas esferas. Nos trânsitos entre elas é que a construção política destes atores parece poder romper com os constrangimentos que, de um lado, tentam restringir os movimentos sociais ao mundo privado e, de outro, os aprisionar em um simulacro de mundo público, fundado pelos mesmos mecanismos pelos quais a vida civil tem se despolitizado. Fortalecer as mediações entre esses espaços, já existentes e por serem fundados, é o que permite aos movimentos sociais agir politicamente. Sem estas mediações construídas e discutidas amplamente, as alternativas serão sempre autoritárias.

## BIBLIOGRAFIA

- Alvarez, Sônia; Dagnino, Evelina y Escobar, Arturo (org.) 2000 *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos* (Belo Horizonte: UFMG).
- Alvarez, Sônia y Dagnino, Evelina 1995 "Para além da "democracia realmente existente": movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos". Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual Da Anpocs (Caxambu: mimeo).
- Arendt, Hannah 2001 10.ed. *A Condição Humana* (Rio de Janeiro: Forense Universitária).
- Arendt, Hannah 2000 *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Arendt, Hannah 1990 *Da revolução* (São Paulo: Ática).
- Arendt, Hannah 1987 *Homens em Tempos Sombrios* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Avritzer, Leonardo e Navarro, Zander (org.). 2003 *A Inovação Democrática no Brasil* (São Paulo: Cortez).
- Baierle, Sérgio Gregório 1992 *Um novo princípio ético político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Baierle, Sérgio Gregório 2000 "A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre" in Alvarez, Sônia; Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo (org.). 2000 *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos* (Belo Horizonte: Editora UFMG).
- Bergamasco, Sônia M. P. Pereira e Norder, Luiz Antônio Cabello 1999 "Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)" in Medeiros, Leonilde Servolo De e Leite, Sérgio (org.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas* (Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA).
- Bourdieu, Pierre 2002 5.ed. *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Candido, Antonio 1987 *Os parceiros do Rio Bonito* (São Paulo: Duas Cidades).
- Carvalho, Horácio Martins de 2002 "A emancipação do movimento no movimento de

emancipação continuada" (resposta a Zander Navarro) in Santos, Boaventura de Souza *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Carvalho, Inaiá, Laniado, Ruthy 1989 *Rediscutindo o tema: movimentos sociais e democracia*. (mimeo.)

Carvalho, Maria do Carmo 1997 "EPPUR SI MUOVE..." *Os Movimentos Sociais e a Construção da Democracia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Carvalho, Maria do Carmo e Teixeira, Ana Cláudia Chaves (org.) 2000 "Conselhos Gestores de Políticas Públicas" in *Publicações Polis*, 37 (São Paulo: Polis).

Chalhoub, Sidney 1990 *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, (São Paulo: Cia. das Letras).

Chauí, Marilena 2000 *Cultura e Democracia* (São Paulo, Cortez).

Dagnino, Evelina 2002 "Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades" in Dagnino, Evelina (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil* (São Paulo: Paz e Terra).

Dagnino, Evelina 2000 "Cultura, Cidadania e Democracia" in Alvarez, Sônia; Dagnino, Evelina y Escobar, Arturo (org.) *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos* (Belo Horizonte: Editora UFMG).

Dagnino, Evelina 1997 (1994) "Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania" in Dagnino, Evelina (org.) *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil* (São Paulo: Brasiliense).

Dahl, Robert *Poliarquia* (São Paulo: Edusp).

Doimo, Ana Maria 1995 *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70* (Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS).

Feltran, Gabriel de Santis 2005 "Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo" (São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP).

Fernandes, Bernardo Mançano 1999 2.ed. *MST - Formação e territorialização* (São Paulo: Hucitec).

Fraser, Nancy 1995 "Rethinking Public Sphere – A contribution to the critique of Actually Existing Democracy" in Robbins, Bruce (ed.) *The Phantom Public Sphere* (Minnesota: University of Minesota Press).

Gramsci, Antonio 1987 8.ed *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira),.

Gramsci, Antonio 1986 6.ed *Concepção Dialética da História* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Lindblom, Charles 1979 *Política e Mercados* (Rio de Janeiro: Zahar Editores).

Navarro, Zander 2002 "Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil" in Santos, Boaventura de Souza (org) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Oliveira, Francisco de 2000 "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal" in Oliveira, Francisco de; Paoli, Maria Célia (org.) *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* (Petrópolis: Vozes).

- Oliveira, Francisco de 1998 *Os direitos do antivalor* (Petrópolis: Vozes).
- Oliveira, Francisco de y Paoli, Maria Célia (org.) 2000 *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* (Petrópolis: Vozes).
- Paoli, Maria Célia 1995 "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político" in Hellmann, Michaela (org.) *Movimentos sociais e democracia no Brasil* (São Paulo: Marco Zero/Ildesfes).
- Paoli, Maria Célia 2002 "Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil" in Santos, Boaventura de Souza (org) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Poulantzas, Nicos 1968 *Poder Político e Classes Sociais* (São Paulo: Martins Fontes).
- Quevedo, José Miguel Garrido 1995 *A organização de pequenos produtores e assentados em Itaberá-SP: análise de um processo de intervenção*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas.
- Rancière, Jacques 1996 *O desentendimento* (São Paulo: Editora 34).
- Rancière, Jacques 1996b "O dissenso" in Novaes, Adauto (org) *A crise da razão* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Ribeiro, Ana Clara Torres y Grazia, Grazia de 2003 *Experiências de Orçamento Participativo no Brasil* (São Paulo: Vozes).
- Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Santos, Boaventura de Souza (org.) 2002 *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Santos, Laymert Garcia dos 2000 Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito" in Oliveira, Francisco de y Paoli, Maria Célia (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* (Petrópolis: Vozes).
- Semeraro, Giovanni 2000 *O marxismo de Gramsci* "<http://www.artnet.com.br/gramsci>". 15/03/01.
- Shimbo, Lúcia Zanin 2003 *A casa é o pivô: questões, conflitos e potencialidades do diálogo entre arquitetos e moradores em projetos de habitação. Estudo de caso: Assentamento rural "Fazenda Pirituba" (Itapeva, SP)*. Memorial de Qualificação (Mestrado em Arquitetura) (São Carlos: USP, Escola de Engenharia de São Carlos).
- Souza, Maria Antonia de 1999 *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. Tese de doutoramento (Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação).
- Thompson, Edward Palmer 1989 3.ed. "La sociedad inglesa del siglo XVIII - Lucha de clases sin clases?" in *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (Barcelona: Editorial Crítica).
- Telles, Vera da Silva 1994 "Sociedade civil e a construção de espaços públicos" in Dagnino, Evelina (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil* (São Paulo: Brasiliense).

## NOTAS

\* Doutorando em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade de Campinas (Unicamp), no

Brasil; Bolsista do Programa de Becas CLACSO-Asdi para investigadores jóvenes de América Latina y el Caribe: "Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe" (2002). Pesquisador do projeto 'Sociedade Civil, Esfera Pública e Democratização na América Latina' (UNICAMP), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

<sup>1</sup> Na região da área conhecida como Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itaberá e Itapeva, no sul do Estado de São Paulo, 250 famílias ocuparam 6700 hectares (160 mil m<sup>2</sup>) em 13 maio de 1984, dia da abolição da escravidão no Brasil. Este primeiro assentamento rural desta ocupação deu origem à *Área 1*, depois chamada de *Agrovila 1*. Ao longo dos anos mais 5 Agrovilas se estabeleceram, e o total de assentados hoje, chega a 360 famílias.

<sup>2</sup> Para algumas análises específicas do Assentamento Fazenda Pirituba, ver Bergamasco&Norder (1999) ou Quevedo (1995).

<sup>3</sup> Dagnino (1994, p.104-105), cita a necessidade da *construção e difusão de uma cultura democrática* para o aprofundamento da democracia. Para além da democracia no plano formal, os esforços devem ser dirigidos para construir *mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática*.

<sup>4</sup> "Não se trata aqui, é preciso esclarecer, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está aqui propondo é pensar a questão dos direitos em outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito, antes de mais nada, ao modo como as relações sociais se estruturam. Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. [...] [os direitos] constroem uma gramática civil que baliza práticas e interações sociais por referência ao que é reconhecido como *medida* de interações sociais por referência ao que é reconhecido como medida de justiça, medida que é sempre alvo de questionamentos e reformulações nos embates e litígios de posições e interesses, valores e opiniões, mas que é sempre solidária com critérios, muitas vezes implícitos, não redutíveis a prescrições legais, que fazem a partilha entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o interdito, o obrigatório e o facultativo." (Telles, 1994, p.91-2, grifo meu).

<sup>5</sup> Para revisões da literatura brasileira e europeia sobre os movimentos sociais, segundo linhas de abordagens distintas, ver Paoli (1995), Baierle (1992) e Doimo (1995).

<sup>6</sup> A implementação de sistemas paritários de deliberação sobre políticas públicas, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (Carvalho&Teixeira, 2000) tornou-se, com o passar dos anos, uma tendência nos diversos níveis de governo no Brasil, do municipal ao nacional, a partir da Constituição de 1988. Os Orçamentos Participativos também cresceram muito na década de 90, como demonstram os dados de muitas pesquisas recentes no Brasil (Ver especialmente Avritzer&Navarro, 2003 ou Ribeiro&Grazia, 2003). Com a ampliação da implementação dessas experiências, aumentam as ambigüidades e ambivalências dos processos participativos institucionalizados; além disso, é bastante claro que o PT deixa de ser o único partido a implementar essas experiências de gestão e que, com a crise do partido, elas deixam de ter o impacto inovador que desfrutavam em sua origem.

<sup>7</sup> Essa diminuição da aparição pública dos movimentos foi prematuramente analisada por parte da literatura específica como a "morte" dos movimentos sociais, (Carvalho & Laniado, 1989, e mesmo Alain Touraine, entre outros) ou seu "refluxo" (diversos trabalhos de Ruth Cardoso no Brasil). O contraponto a esses autores, talvez otimista demais, vinha dos que observavam nesse processo um "ponto de inflexão", uma "mudança" nas formas de atuação e no papel exercido pelos movimentos, nessa nova fase mais voltados a ações propositivas e negociadas junto a governos, sem tanto o foco na mobilização de uma base popular ampliada, Carvalho (1997). Trabalhos como os de Doimo (1995), Alvarez,Dagnino&Escobar (2000), Paoli (1995; 2002), entre outros, procuraram problematizar essas tendências de modo mais elaborado e crítico, entre os pólos, apesar das distinções entre eles.

<sup>8</sup> Referências para pensar esse processo, também chamado de *supressão, anulação, seqüestro, acantonamento, deslocamento* ou *encolhimento* da política podem ser encontradas, com muito detalhe, nos diversos capítulos da publicação organizada por Oliveira&Paoli (2000), em especial os textos dos próprios autores.

<sup>9</sup> Evelina Dagnino (1994) descreveu, ainda antes de pensar as mudanças impostas pelo neoliberalismo, o que chamou de "autoritarismo social" nas práticas sociais cotidianas. Francisco de Oliveira (2000), já pensando momento atual, introduz a idéia de "totalitarismo neoliberal", também trabalhado, por outro caminho teórico, por Maria Célia Paoli. Boaventura de Souza Santos, chama repetitivamente a atenção para o fato de que nas formas ditas democráticas do sistema político escondem-se relações sociais "fascistas", e pede a "democratização da democracia" (Santos, 2002). Nos movimentos sociais transnacionais têm-se evidenciado a centralidade dos privilégios dos capitalistas no comando das atuais "democracias liberais", reforçando a tese já antiga de Lindblom (1979) de que a democracia liberal (poliarquia, no sentido de Dahl, 1997) é comandada pelos interesses privados do mercado.

<sup>10</sup> Oliveira (1998, p.221).

<sup>11</sup> Poulantzas (1968, p.40-1), sugere essa definição: “[a política é] um modo preciso da prática política: esta tem por objeto o momento atual, produz as transformações - ou por outro lado a manutenção – da unidade de uma formação, na única medida, contudo exata, em que tem como ponto de impacto, como “objetivo” estratégico específico as estruturas políticas do Estado.”

<sup>12</sup> Dagnino (2000, p.66).

<sup>13</sup> “Nesta ação [a hegemonia], não se trata apenas de conquistar o poder, de apoderar-se do Estado, de administrá-lo técnica e pragmaticamente melhor que a burguesia, mas de romper com a concepção de poder e de Estado capitalista, de superar a visão de política como esfera separada, estranha, acima do sujeito e das relações sociais. Para Gramsci, ao contrário, no processo de construção da hegemonia, trata-se de alcançar uma profunda transformação pessoal e social que gere [...] a socialização do político.” Semeraro (2000).

<sup>14</sup> Dagnino (2000).

<sup>15</sup> Para referências do próprio autor, ver Gramsci (1966, 1968).

<sup>16</sup> Em relação ao exposto, ver Arendt (2001, 1987 e 1990).

<sup>17</sup> E aqui a relação é direta com Thompson (1989) e Sader (1988), que se utiliza das proposições do historiador inglês.

<sup>18</sup> Santos (2000) condensou na tentativa de produção absoluta desta frase a intenção (anti)política neoliberal.

<sup>19</sup> É evidente que essas conquistas sociais objetivas não são pouco relevantes para os movimentos, e que o mundo das necessidades, onde grande parte das lutas se inicia, tem profundas relações com a política. Entretanto, privilegio apenas uma questão aqui na tentativa de demonstrar como uma e outra questão atuam segundo lógicas distintas, muitas vezes tomadas em conjunto na literatura dos movimentos sociais.

<sup>20</sup> Trato desta necessária pluralidade da esfera política, e especialmente do papel dos movimentos sociais populares nela, em Feltran (2005). Neste mesmo trabalho, esclareço a especificidade da noção de *virtude* que tenho utilizado, e aparece desde o título do presente artigo: trata-se da manifestação, na dimensão do sujeito, de suas qualidades singulares e de seu pertencimento à sociedade. Quando a virtude dos oprimidos vem a público, o que depende não só deles para ocorrer, tanto suas características singulares quanto suas privações sociais são reconhecidas como parte de um mundo cognitivamente compartilhado, o que possibilita maior pluralidade à cena pública. Ao demonstrar sua virtude publicamente, o sujeito aparece então como sujeito político.

<sup>21</sup> Hannah Arendt e Rancière trabalham exatamente nessa passagem, como vimos. Seria importante diferenciar a noção de campo político utilizada aqui das proposições de Bourdieu, muito mais específicas, coerentes com outras categorias teóricas, e fundadas social e institucionalmente. O autor explicita seu conceito de “campo político” por exemplo em Bourdieu (2002).

<sup>22</sup> Alvarez&Dagnino, (1995, p. 15, citando Baierle, op. cit. – tradução livre).

<sup>23</sup> O trabalho de Fernandes (1999) talvez seja a tentativa mais global de descrever e comentar a trajetória da formação política do movimento.

<sup>24</sup> Os estudos mais abertamente críticos ao MST, de modo bastante incisivo, são conduzidos por Zander Navarro (por exemplo, no citado Navarro, 2002); o estudo de Souza (1999), bem como outros de sua autoria, denunciam tanto as contradições internas quanto os processos de resistência a elas dentro do próprio grupo de assentados.

<sup>25</sup> Esse depoimento, proveniente de uma mulher liderança de grupo dissidente da direção atual do MST, referindo-se a um diálogo que teve com a principal liderança do movimento na Pirituba, é exemplar disso: “um dia eu falei por Miguel: - Miguel, vamos organizar os assentamento.. ele disse: ah, Dona Zilda, eu acho que não vai dar mais pra perder tempo não. Eu acho que não vai dar mais... vamos partir pra ocupação... eu falei: não. Ocupa, que que nós temo pra mostrar pros acampado que a reforma agrária dá certo? Nós não tem o que mostrar.” [Zilda].

<sup>26</sup> Sader, (1988).

<sup>27</sup> Mais de vinte anos depois dessa ocupação, quase diariamente ainda há, no Brasil, notícias de conflitos armados envolvendo grupos populares organizados e forças privadas ou públicas de repressão armada às suas ações. No Brasil do século XXI está novamente em questão, como nos anos 70 e 80, a formação de milícias armadas no campo e nas cidades, patrocinadas por grandes proprietários de terra no campo e por comerciantes e empresários nas cidades. Trata-se, novamente, da repressão armada à possibilidade de aparição de sujeitos populares organizados.

<sup>28</sup> “O que se passa, com efeito, quando as forças da ordem são enviadas para reprimir uma manifestação política? O que se passa é uma contestação das propriedades e do uso de um lugar: uma contestação daquilo que é uma rua. Do ponto de vista da polícia, uma rua é um espaço de circulação. A manifestação, por sua vez, a transforma em espaço público, em espaço onde se tratam os assuntos da comunidade. Do ponto de vista dos que enviam as forças da ordem, o espaço onde se tratam os assuntos da comunidade situa-se alhures: nos prédios públicos previstos para esse uso, com as pessoas destinadas a essa função. Assim, o dissenso, antes de ser a oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não têm aí seu lugar. E, aos curiosos que vêem esse

espetáculo, a polícia diz: “vamos circular, não há nada para ver”. [...] Antes de ser um conflito de classes ou partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos.” Rancière (1996b, p.373).

<sup>29</sup> Ver Hannah Arendt (2000, p.330), sobre a expressão “direito a ter direitos”, elaborada pela autora para tratar da condição dos judeus apátridas na Europa, povos sem Estado do período entre guerras. Apesar das distinções profundas entre aquele contexto e o que se examina aqui, nos dois casos chega-se a tal ponto de privação de direitos que pequenas transgressões da lei podem restituir condições mínimas de cidadania aos indivíduos. No caso brasileiro, Chalhoub (1990) reflete sobre situações em que, ao final da escravatura, final do século XIX, tornou-se uma estratégia de escravos cometerem pequenos crimes, que forçavam que o Estado interviesse, pela polícia, na estrutura estritamente privada de dominação senhorial, colocando entre o senhor e o escravo uma mediação pública, que em última instância conferia direitos mínimos aos negros. A repressão estatal ainda era preferível à manutenção da condição privada de escravo.

<sup>30</sup> Sader (1988); Paoli (1995).

<sup>31</sup> “aí falou, olha, num tá tendo jeito, o negócio lá tá pesado. Lá tá pesado e vocês tem que organizar, arruma bastante família e entra... mas tem que entrar com mulher e criança! Então daí foi como que nós nos arrumamos, sabe?” [‘Seo’ Tonho].

<sup>32</sup> Um dos responsáveis pela assessoria técnica ao assentamento conta como a história se deu, de modo resumido: “foi lá com trinta família, os jagunço botaram eles pra correr de lá, ele foi lá, arrumou outro grupo, mais 80 família, a turma botaram eles pra correr de novo [risos]... aí na terceira ocupação aí já veio junto com o movimento sindical, mais apoio, mais articulado, aí inclusive com a própria articulação, na época, com o pessoal do... da Coordenadoria de Socioeconomia da Agricultura, que era responsável pela ocupação da área, né?” [Nico].

<sup>33</sup> “a terra que na realidade era do Estado, ela acabou sendo sequestrada judicialmente e foi despejado o grileiro que tava aqui em cima.[...] Mas até que se resolvesse essa situação na justiça, definitivamente, se era do grileiro, num era, do Estado, a situação, aí foi proposto um plano de administração dessa área.” [Nico].

<sup>34</sup> Todas as epígrafes que abrem tópicos do texto são de autoria de Roque Ferreira, morador do assentamento, entrevistado para a pesquisa empírica que gerou esse artigo.

<sup>35</sup> “O Zec Beze é o fundador aqui. Muito bom, muito bom, sem defeito!” [Aparício].

<sup>36</sup> É aí que o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão estadual responsável pela assessoria técnica aos assentamentos rurais, inicia sua atuação junto ao assentamento, que será muito relevante em toda a trajetória dessa experiência. Nico Barbosa, técnico do ITESP, conta que o processo judicial de posse da terra, iniciado em 1984, foi definido apenas em 1991, mas que nesse período “a gente já adiantou todo o processo do assentamento. Vai lá, levantamento topográfico, dividir as áreas de reserva, as áreas que era agricultável, que não era agricultável, separar tudo isso. Ir lá, dividir os lote, montar a infraestrutura da comunidade, onde as família iam ficar, os lote de agrovila, etc.” [Nico].

<sup>37</sup> Os depoimentos são muito regulares no sucesso desse momento, e têm uma beleza específica, como se nota nesses dois trechos: “foi comprado máquina, nós compramo máquina, financiado, assim, pra... nós trabalhar. Foi comprado nove. Teve um trator que foi comprado a dinheiro, sabe... foi esse trator que nós coiamo a feijoada, panhamo 18 mil saco de feijão na primeira safra, encheu de feijão...” [‘Seo’ Tonho]; “primeiro ano, 84 mesmo a gente já começou a trabalhar, a gente fez uma colheita muito boa em 84, até, de feijão, e depois 85 milho, que a gente plantou milho no ano de 84 pra colher no ano de 85, foi uma colheita muito boa, a colheita de feijão foi recorde da região.” [Aparício].

<sup>38</sup> “Vendemos tudo pra São Paulo, por intermédio da Associação e intermédio do governo.” [Zico].

<sup>39</sup> Orlando conta como se dava a partilha dos lucros: “saía o custeio, do custeio tirava 20% pra eles [as famílias] comer, ficava 80% pra produção.”

<sup>40</sup> Estes dados referentes à Agrovila 1, área mais antiga do assentamento, estão em Shimbo (2003, p.77).

<sup>41</sup> “nós é criado na roça... então ele num queria aquele sistema de ser mandado, vamo supor, pegar a lavoura pronto... ele queria ele mesmo fazer. E aí o pessoal foi corroendo a Associação. Que jeito foi corroendo? Uns num queria mais o crédito junto, queira pegar o dele separado... o tratorista ele num queria... ele queria que fosse o dele, num queria o tratorista que nós mandava, né... não queria mais os grupo dentro da Associação, queria tocar individualmente, e aí começaram a desviar a produção... e muitos... e muitos chegou uma época que nem custeio num queria mais... teve pessoas que nós colhia e num deixava colher a produção dele, e ele mesmo colhia pra ele mesmo pagar o banco... queria fazer no nome dele, direto, né... aí chegou num ponto que viu que não dava mais pra mexer com eles, a gente abriu mão da sociedade [...] e foi tocar cada um pra si.” [Orlando].

<sup>42</sup> “eles pegava os 6 e meio [alqueires – lote padrão] plantadinho, com adubo, semente boa, e em vez de entregar pra Associação, eles vendia direto. Isso foi fim de 87... vendia direto e em vez de pagar a Associação, não pagava... foi quebrando.” [Zico].

<sup>43</sup> O argumento para não pagar, reproduzido por Zico, é muito interessante: “nóis num deve nada pra ninguém...”

quem deve é a Associação e nós num quer mais Associação.”

<sup>44</sup> “foi preciso vender trator, vender caminhão, tinha 2 caminhão, tinha esses trator, tinha tudo, precisou vender pra acertar.” [Zico].

<sup>45</sup> “quando foi sair um financiamento pra Associação, nós num aceitamos... nós reunimo 16 pessoa: num vai sair financiamento que o pessoal num vai pagar, vai só aumentar a dívida... a dívida vai só crescer.” [Zico].

<sup>46</sup> Não me é possível, a partir dos dados obtidos, tecer considerações mais aprofundadas a respeito da estrutura desses grupos em relação a categorias como etnia, sexo, etc. Entretanto, certamente essas também poderiam ser categorias para se pensar sobre a heterogeneidade da composição e da estrutura das relações de poder internas a esse assentamento.

<sup>47</sup> “esse engenheiro já tinha ido embora, tinha vindo outro engenheiro mais fraco um pouco, num tinha coragem de fazer.” [Zico].

<sup>48</sup> Orlando, que participava da diretoria da Associação, conta que “o movimento[MST] já entrou no tempo da Associação, mas só que o seguinte: nós era contra o movimento. Na época da associação o presidente da associação era o Miguel, né? Nós era muito contra o movimento e nós ia na reunião e combatia pra ele não entrar aqui! Pra você ver... daí nós fomos em cada reunião ali de sair lasca, rapaz, pra não entrar... na época quem tava puxando muito, pro movimento entrar aqui, era um... Gilmar, um que trabalhava aqui no ITESP, era escriturário do ITESP. Puxava, puxava muito pro MST entrar aqui, né... o próprio Nico Barbosa, né? [...] e a gente foi contra, foi contra, chegou um ponto que o Miguel falou: viu... nós vamos ter que entrar nessa coisa aí... e aí acabou entrando mesmo.” [Orlando].

<sup>49</sup> Aparício conta como ingressou no MST, para se tornar hoje uma liderança interna importante: “eu entrei no Movimento Sem Terra em 1987... eu não tinha nenhum conhecimento do Movimento Sem Terra, eu ouvia falar do Movimento Sem Terra, mas eu detestava quando ouvia falar do movimento... eu, detestava, porque eu não sabia... até que veio uma pessoa [...] aí fez uma reunião com a gente e falou que que era o Movimento Sem Terra, qual era o significado do Movimento Sem Terra, qual era as pretensões do Movimento Sem Terra e daquele dia em diante passei a ser membro do Movimento Sem Terra e sou até hoje.” [Aparício].

<sup>50</sup> O caso mais impressionante é o de Miguel, principal liderança interna do Assentamento hoje, ex-presidente da Associação, que ao perceber que não poderia barrar a entrada do MST, adere ao movimento e se torna a principal liderança interna do MST na Pirituba. Permanece então no poder internamente, se destaca na Direção Regional e Estadual e, atualmente, é uma das lideranças mais expressivas da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Internamente, entretanto, perdeu muito de sua legitimidade desde 1997, com a mudança tática do movimento.

<sup>51</sup> A tradição de agricultura familiar brasileira, os ritmos e técnicas da tradição popular, regional, seus processos culturais de afirmação e significação foram totalmente suprimidos pelo discurso instituído, trazido de fora para dentro, inspirado em marxismo leninista bastante banalizado.

<sup>52</sup> Parcela desse grupo chega, inclusive, a formalizar um outro Movimento, chamado MAI – Movimento dos Assentados Independentes, que os possibilitasse organização coletiva para fazer frente ao MST e para estabelecer contato com o Estado, na disputa pelos créditos agrícolas. Já que os canais de relação com setores ligados ao PT (e demais partidos de esquerda) eram fortemente hegemônicos pelo MST, do nível regional ao nacional, os agricultores do MAI encontram, como saída, estabelecer contato com setores do PSDB. Essa decisão acirra ainda mais a distensão entre os grupos, internamente.

<sup>53</sup> “até mais ou menos 96-97, [...] aquele pessoal que tava na direção, eles tinham a tática de fazer a pressão, mobilizava o pessoal, tudo, fazia a pressão, deixava o máximo tensionado, depois sentava pra negociar. Então aí, nessa sentada pra negociar ia conseguindo algumas coisas aí. Aí o pessoal achou que tava muito fácil: ó, nós conseguimos terra, conseguimos dinheiro, arrancamos tudo do governo, então agora nós vai... aí o movimento fez uma avaliação que o Brasil tava quase num estado pré-revolucionário, que agora nós vamos fazer a revolução, aí vocês devem ter escutado isso: ó, nós vamos fazer saque em supermercado, etc... a chamada desobediência civil. Aí chamaram uma reunião em São Paulo, da Coordenação Estadual, e falaram o seguinte: ó, agora nós vamos radicalizar, que nós estamos sentindo isso, que dá pra nós fazer a revolução. [...] [foram] pro enfrentamento... e aí aquelas liderança que era mais prática, do ponto de vista, ó, nós senta, negocia, falou: não, nós estamos fora desse negócio. Aí endureceram: falaram: quem vai, nós vamos em frente, quem não vai, tá fora. Aí começou a sair boa parte das liderança saiu... que era mais qualificada, saiu fora do movimento nessa época.” [Nico].

<sup>54</sup> O assentamento em questão obteve via MST, por exemplo, duas Escolas Públicas e o Programa de Saúde da Família, entre uma série de outros programas de crédito agrícola, habitação e infra estrutura.

<sup>55</sup> Para apresentação e análise clássicas, e apaixonantes, da cultura do homem do interior do estado de São Paulo, ver Candido (1987).

<sup>56</sup> Por exemplo, ver Carvalho (2002, p.239).